

Resgate no mar

ARQUIVO PESSOAL DE IGNACIO MORENO - 03/1996



Durante o mês de novembro a equipe de reportagem do JU trabalhou para recontar um episódio ocorrido há 20 anos, quando jovens pesquisadores e um piloto (foto) passaram oito horas à deriva no mar. O objetivo deles era coletar dados para estimar o tamanho populacional da Toninha, o golfinho mais ameaçado de extinção da América do Sul. Mas acabaram eles mesmos tendo que lutar pela própria sobrevivência depois da queda do avião que usavam na pesquisa. Tristemente, próximo à edição desta matéria, ocorreu um outro acidente, mas esse com o avião que transportava a delegação da Chapecoense. A coincidência de ambos os fatos deu à nossa reportagem um tom de Conto de Natal, daqueles que nos fazem comemorar a vida e superar os traumas.

Página Central

FLÁVIO DUTRA/JU

RIO GRANDE DO SUL Tempos difíceis



Ato em defesa da Fundação Zoobotânica reuniu manifestantes que criticam o chamado "pacote de redimensionamento do Estado" aprovado pelo Legislativo gaúcho

P4

EDUCAÇÃO

Especialista critica medida provisória que propõe mudanças no ensino médio

P12

ETNOMUSICOLOGIA

A ciência da música

Para o coordenador do núcleo de etnomusicologia da UFRGS, Reginaldo Gil Braga, a obra de Alan Merriam *The Anthropology of Music*, editada em 1964, foi fundamental para que o contexto social começasse a ser levado em consideração para o estudo das práticas musicais. "Hoje nós podemos pensar que a etnomusicologia é o estudo das pessoas fazendo música. O que deve interessar mesmo são os processos envolvidos; não existem música ou práticas sonoras musicais sem gente. Então, importa a centralidade das pessoas e das negociações para entender os fenômenos musicais." **P11**

RELIGIÃO

Viver a fé na academia

Pesquisa realizada no Núcleo de Estudos da Religião da UFRGS aborda como pessoas que praticam alguma religião se inserem na vida universitária. Conforme o estudo, 23% da comunidade acadêmica é composta por ateus, 20% por religiosos praticantes, 18% por religiosos não praticantes, 15% não têm religião, mas acredita em Deus, e 14% é agnóstica. Segundo Gabriel Carvalho, aluno do Direito e cristão, para muitos na Universidade a fé não deveria estar na academia: "Como se o cristão, por crer em Deus, não pudesse estudar, ser cientista ou desenvolver sua inteligência." **P5**

Apoio ao estudante
Orientação profissional e planejamento de carreira **P6**

Sistema de cotas
Aprovados agora ingressam também no primeiro semestre **P3**

Cantores Líricos
Estado é conhecido pela qualidade das vozes e dos profissionais **P13**



Espaço da Reitoria

Rui Vicente Oppermann
Reitor

Enfrentando desafios

A UFRGS comemorou seus 82 anos no último dia 28 de novembro. Uma comemoração discreta, como convém em tempos tão críticos como os que estamos vivendo: em meio às reações de estudantes, técnicos administrativos e docentes contra a proposta de emenda à constituição, a PEC 55, que estabelece regramentos restritivos para os investimentos públicos, principalmente em saúde e educação, para os próximos 20 anos. Além disso, a medida provisória do ensino médio e o Projeto de Lei da Escola Sem Partido trazem à comunidade universitária uma indignação de extensão inédita para a história recente não só da UFRGS, mas de todas as universidades federais. Assim, reforçamos o conceito de universidade, instituição que tem a grande virtude e o dever de ser atual em qualquer circunstância, mas sobretudo no período vivenciado atualmente, conforme ilustra o Artigo 2.º do nosso Estatuto Geral: “A UFRGS, como Universidade Pública, é expressão da sociedade democrática e pluricultural, inspirada nos ideais de liberdade, de

respeito pela diferença e de solidariedade, constituindo-se em instância necessária de consciência crítica, na qual a coletividade possa repensar suas formas de vida e suas organizações sociais, econômicas e políticas”.

A legitimidade da UFRGS como local para onde convergem as expectativas de uma comunidade em busca de referências fundamentadas na construção do saber, da cultura e das artes se embasa em nossa capacidade de interagir com a sociedade. Ao longo de sua existência, a UFRGS construiu sua imagem institucional – não sem sacrifícios, responsabilidade e comprometimento com o bem público. A Universidade se nutre desse caráter, o que exige o respeito, a preservação e a promoção deste que é nosso maior legado para superar crises.

Ao comemorarmos os 82 anos, estamos olhando para o futuro com otimismo, mesmo desafiados pelas crises sociais e econômicas. Temos a convicção de que fomos e seremos capazes de figurar entre as melhores

universidades do país e cada vez mais sermos reconhecidos no cenário internacional. Nesse sentido, é oportuno lembrar que a UFRGS, juntamente com a PUCRS, foi escolhida pelo governo alemão para sediar o Centro de Estudos Alemães e Europeus, primeiro centro do tipo presente no hemisfério sul. A iniciativa estará focada principalmente na promoção de estudos na área de Humanidades, envolvendo, por parte da Universidade, diferentes unidades acadêmicas e diversos pesquisadores e pesquisadoras. As atividades, que iniciam em 2017, somam-se a ações desenvolvidas pelo Instituto Confúcio e por diversas outras iniciativas que promovem a internacionalização da UFRGS. Ao longo dos últimos anos, temos buscado ampliar nossa presença no cenário mundial. Agora, com as iniciativas locais, estamos promovendo a internacionalização dos nossos câmpus.

Essa é a nossa UFRGS, uma instituição em sintonia com sua comunidade, comprometida com seus ideais.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha,
Porto Alegre - RS | CEP 90046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor

Rui Vicente Oppermann

Vice-reitora

Jane Fraga Tutikian

Chefe de Gabinete

João Roberto Braga de Mello

Secretário de Comunicação Social

André Iribure Rodrigues

Vice-secretária de Comunicação Social

Édina Rocha

JORNAL DA UNIVERSIDADE

Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497
Email: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial

Alex Niche Teixeira, Ánia Chala, Angela Terezinha de Souza Wyse, Antonio Marcos Vieira Sanseverino, Carla Maria Dal Sasso Freitas, Cida Golin, Flávio Antônio de Souza Castro, Michèle Oberson de Souza, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer

Editor substituto Felipe Ewald

Subeditora Jacira Cabral da Silveira

Repórteres Everton Cardoso, Felipe Ewald,

Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein

Projeto gráfico Juliano Bruni Pereira e

Kleitton Semensatto da Costa (Caderno JU)

Diagramação Vera Lúcia Gliese

Fotografia Flávio Dutra (Editor)

Revisão Antônio Paim Falcetta

Bolsistas (Jornalismo) Cássia de Oliveira,

Júlia Costa dos Santos, Kayan Moura e

Paula Barcellos

Circulação Cristiane Lipp Heidrich

Fotolitos e impressão Gráfica da UFRGS

Tiragem 10 mil exemplares

O JU não se responsabiliza pelas opiniões

expressas pelos autores em artigos assinados.

ufrgsnoticias



Nota da redação

O Jornal da Universidade excepcionalmente tem, nesta e na próxima edição, uma redução do número de páginas e editoriais e da tiragem total em função da greve dos servidores técnico-administrativos, mobilizados contra a PEC 55 e suas possíveis repercussões negativas nos investimentos do governo federal em saúde, educação e pesquisa. Adotamos essas medidas como forma de manter a periodicidade sem deixar de refletir a existência do movimento grevista.

Artigo

Os Caminhos da Inovação para a Indústria Gaúcha

O Rio Grande do Sul, assim como o próprio Brasil, apresenta um vasto panorama industrial. Diferentes cadeias de valor povoam os mais diversos ramos de atividade industrial no estado. Nesse cenário, existem muitas empresas que carregam o DNA da inovação.

Mas, ao contrário do que poderíamos esperar, a maioria de nossas empresas não são de fato inovadoras. Geralmente, encontramos micro ou pequenas empresas *low-tech*, fornecedoras de serviços industriais, baseadas em gestão familiar e com baixo poder comercial. Poucas são as iniciativas de desenvolvimento de novos produtos ou processos. Suas tecnologias são maduras, utilizadas da mesma forma há décadas. Baseiam suas estratégias quase exclusivamente em produzir mais do mesmo, sempre mais barato. O reflexo natural dessa postura é um padrão tecnologicamente passivo e cuja essência da inovação é reativa. Não se estranha, portanto, o processo de desindustrialização e a consequente perda de espaço competitivo da indústria gaúcha. É praticamente impossível competir nesses termos.

Para melhor entender essa realidade, desenvolvemos o modelo das Capacidades de Inovação, que explica o funcionamento e, portanto, o potencial de inovação das empresas a partir de quatro eixos. Toda

empresa tem, em maior ou menor medida, capacidades de desenvolvimento, operação, gestão e comercialização, além de potencial para gerar inovação em produtos, processos, organização e marketing.

Depois de quatro anos de pesquisa (em parceria com Unisinos, PUCRS e UCS), com mais de 1.300 empresas, nosso modelo deixa claro que a inovação, quando há, tende a surgir majoritariamente a partir das capacidades de desenvolvimento, gestão e comercialização. Já a capacidade de operação, apesar dos esforços históricos investidos em qualidade e produtividade, não vem proporcionando o diferencial competitivo que se espera dela. E é justamente na área produtiva que as empresas gaúchas apostam. Ou seja, a maioria delas muda (inova?) onde *menos se gera valor*. Assim, o Rio Grande do Sul é, na média, um “estado operacional”.

Ora, em um mundo cada vez mais baseado na informação, na conectividade, na economia criativa, na ciência e na tecnologia, não mudar o tempo todo é mortal. Não inovar é mortal!

Claro, não é possível imaginar que uma empresa que não inova se torne, da noite para o dia, uma inovadora exemplar. Nesse sentido, é fundamental que a grande maioria das empresas gaúchas empreenda um

verdadeiro esforço de reconversão competitiva. O desafio é fazer com que se engajem em um processo de capacitação para ganhar potencial de inovação. Uma transformação gradual que dependa da cultura do conhecimento, da consciência empreendedora e do perceber as características fundamentais da economia criativa e digital do século XXI. Para tanto, propomos três alternativas de capacitação para a inovação bastante simples e adequadas à realidade do estado.

A primeira busca nas próprias características das empresas – a saber, operacionais, de pequeno porte, em baixa escala e com baixo valor agregado – a solução: especialização produtiva. Se elas lidam com produtos *low-tech*, que o façam para nichos especiais de mercado, nos quais é possível adotar uma postura mais proativa e agregar valor via diferenciação de qualidade, design, marketing e serviços agregados, como nos nichos de calçados de luxo, alimentos premium ou mecânica de precisão. São todos mercados de baixo volume, mas com alto potencial de agregação de valor. Com isso, é possível aproveitar a baixa escala e, ao mesmo tempo, fugir da competição por preços baixos, uma vez que o produto passará a ser reconhecido pelo que vale e não pelo que custa.

A segunda alternativa está calcada no

potencial de geração de valor já existente em nossa malha de Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação. É necessária, porém, a mudança de um padrão de interação clássica, quase exclusivamente restrita às empresas de base tecnológica, para um padrão mais amplo, em que centros técnicos, universidades e parques tecnológicos possam servir para emular a atividade de inovação ausente nas micro e pequenas empresas.

Finalmente, a terceira está calcada na constatação de nossas pesquisas sobre a pouca importância da capacidade operacional para a inovação. É preciso ultrapassar os programas de qualidade e produtividade. Sugere-se a criação de um Programa Gaúcho de Marketing e Inovação, com o objetivo de estabelecer um guia para facilitar as duas alternativas anteriores.

Esses são caminhos concretos para agregar valor a produtos *low-tech*, adotar o e-commerce, o desenvolvimento de marca e o design, e acessar as universidades e centros tecnológicos. Enfim, inovar e entrar definitivamente no paradigma atual.

PAULO ANTÔNIO ZAWISLAK

Professor da Escola de Administração da UFRGS. Coordenador do Núcleo de Estudos da Inovação (NITEC)



Cotistas passam a ingressar também no primeiro semestre

Inclusão social *Medida foi definida e aprovada em reunião do Consun*

Uma discrepância em relação ao ingresso dos novos estudantes da UFRGS será corrigida a partir do próximo ano letivo. Até o momento, os candidatos do vestibular que optam pelas cotas iniciam sua vida acadêmica na Universidade somente no segundo semestre nos cursos em que as vagas são distribuídas entre as duas etapas. Com recente resolução do Conselho Universitário (Consun), o método de matrículas será modificado quando a Política de Ações Afirmativas chega ao décimo ano de vigência, desde que implementada no vestibular de 2008: metade dos vestibulandos da reserva de vagas ingressará no primeiro semestre.

“Não havia motivações para essa *guetização*. Ao manter a mesma estrutura de ingresso dos cotistas somente no segundo semestre, havia uma clara diferenciação entre os estudantes que optaram pelas cotas e aqueles do acesso universal, o que criava uma questão meritocrática incompatível com a Política de Ações Afirmativas. O universitário não precisa levar essa carga por todo o curso. Com essa decisão, o apartheid dentro da Universidade foi corrigido”, considera o sociólogo e diretor do Departamento dos Programas de Acesso e Permanência da Coordenadoria de Ações Afirmativas, Edilson Nabarro.

Na última decisão do Consun relativa às cotas – após impasse que motivou a ocupação da Reitoria por parte do movimento negro na segunda metade de outubro –, foi mantida a possibilidade de que

os optantes pela reserva de vagas que tenham obtido boas notas concorram pelo acesso universal. O sociólogo acrescenta que a mobilização pelas cotas garantiu a reserva para os negros, mas também ampliou o acesso da população de baixa renda aos cursos. “A Política de Ações Afirmativas não vai diminuir o racismo, mas contribui para a redução da desigualdade social. Tanto é que mais estudantes pobres, de escolas públicas, estão ingressando na Universidade”.

A UFRGS reserva 50% das vagas em todos os cursos para estudantes oriundos de escolas públicas, distribuídas entre diferentes faixas de renda e com a possibilidade de autodeclaração étnico-racial. Neste ano, para as 2.028 vagas reservadas à política de cotas, foram recebidas 15.839 inscrições, sendo que todos os candidatos disputam também por ampla concorrência.

Provas - A oferta pelo vestibular corresponde a 70% do ingresso na Instituição – o restante (30%) é provido via Sistema de Seleção Unificada (SiSU). As provas serão aplicadas entre os dias 8 e 11 de janeiro de 2017, nas cidades de Porto Alegre, Bento Gonçalves, Imbé e Tramandaí.

Ao todo, 33.459 inscritos concorrem a 4.017 vagas distribuídas entre as 91 graduações oferecidas pela UFRGS. O curso de Medicina continua como aquele que tem o maior índice de procura: são 74,26 candidatos por vaga. Na sequência, estão Psicologia Diurna (28,82), Fisioterapia (26,43),



José Roberto da Cruz Junior fez o ensino médio em escola pública e ingressou no curso de Ciências Sociais como cotista

Psicologia Noturno (23,19), Medicina Veterinária (18,43) e Nutrição (15,45).

Em números absolutos, os cursos com maior quantidade de interessados são Medicina

(7.277), Ciências Jurídicas e Sociais - Direito Noturno (1.440), Ciências Jurídicas e Sociais - Direito Diurno (1.435), Medicina Veterinária (1.235) e Arquitetura e Urbanismo (1.080).

Reconhecimento

Professora do IA conquista Açorianos de Literatura

Com a obra *Modernidade Impressa: artistas ilustradores da Livraria do Globo de Porto Alegre*, publicado pela Editora da UFRGS, a professora do Instituto de Artes Paula Ramos foi uma das vencedoras do Prêmio Açorianos de Literatura 2016, nas categorias de Projeto Especial e Livro do Ano. O trabalho é fruto de pesquisa iniciada há mais de 15 anos, a partir da realização dos cursos de mestrado e doutorado.

O livro aborda a história da Livraria do Globo a partir de sua produção gráfica, enfatizando os artistas ilustradores que trabalharam na legendaria Seção de Desenho da empresa, na primeira metade do século XX, sob a gerência do designer alemão Ernst Zeuner. Os lançamentos editoriais se destacavam pela produção visual assinada por artistas como João Fahrion, Sotero Cosme, Nelson Faedrich e Edgar Koetz.

Surgida em 1883 como uma modesta papelaria localizada na Rua da Praia, a Livraria e Editora do Globo foi uma das mais prósperas empresas do Rio Grande do Sul no século XX, revolucionando o cenário editorial e a linguagem gráfica brasileira.

Editora da UFRGS

Premiado catálogo da Pinacoteca

A Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU) concedeu à Editora da UFRGS o Prêmio ABEU/2016 pela obra *Pinacoteca Barão de Santo Ângelo: catálogo geral - 1910-2014*, na categoria ciências sociais e da expressão.

O Prêmio ABEU busca distinguir, anualmente, as melhores publicações de editoras universitárias no âmbito do conhecimento científico e acadêmico, bem como realçar o projeto gráfico mais acurado.

Organizado pelo professor e artista plástico Paulo Gomes, esse catálogo torna possível o acesso ao acervo da Pinacoteca Barão de Santo Ângelo. Considerada uma das primeiras coleções públicas de arte do Rio Grande do Sul, nascida com a criação do então Instituto de Bellas Artes do Rio Grande do Sul, em 1908, o conjunto de obras da Pinacoteca integra o patrimônio artístico e cultural da UFRGS, e ilustra a história das artes no estado e a centenária existência do instituto.



Conhecendo a UFRGS

Um exercício de alteridade

“Eu acho que foi porque meu pai ligou um rádio lá em casa”, constata Mirna Spritzer, professora do Departamento de Arte Dramática, sobre a origem de sua paixão pelo rádio. Atriz e pesquisadora, atualmente ela coordena o grupo de pesquisa “Palavra, Vocalidade e Escuta nas Artes Cênicas e Radiofônicas”, no qual aprofunda os conhecimentos sobre o ator e a palavra, o silêncio e a imaginação, as sonoridades e o espaço sonoro. O grupo é tema do programa *Conhecendo a UFRGS*, que a UFRGS TV exhibe neste mês.

Entre 7 e 9 de novembro, o grupo promoveu o Curso de Radioarte ministrado pela professora Janete El Haouli, da Universidade Estadual de Londrina. Na atividade, a artista apresentou a experiência do rádio feito por artistas e suas interações com o teatro, a música, o cinema e a poesia sonora. O evento também contribuiu para inspirar novas reflexões dentro do grupo coordenado por Mirna: “Esse é o momento de tornar o nosso trabalho algo que circule mais, que nos faça reconhecer mais uns nos outros. Todas as pessoas que estão vinculadas ao grupo têm, nas suas pesquisas, esse direcionamento para o público, não apenas pensando no outro como receptor, mas como parceiro do trabalho”, disse a professora.

As reuniões de pesquisa proporcionam o cruzamento das diferentes linhas de pesquisa. Entre as temáticas, há investigações sobre a palavra em constante transformação e a escuta de histórias de vida. Para o projeto de pesquisa “Procura-se poesia na vida alheia”, Mariana Rosa, atriz e mestrandia em Artes Cênicas, montou “barraquinhas” na rodoviária e na Redenção. Com um gravador na mão e a placa “Escuto suas histórias”, ela abriu-se para o inesperado: “A partir das pessoas que estão circulando nesses espaços e sentam para contar suas histórias, vou criar uma cena, uma intervenção cênico-radiofônica”.

Luciana Forgiarini e Filipe Batista, estudantes do 3.º semestre de Jornalismo

Assista ao programa

Conhecendo a UFRGS vai ao ar no dia 13 de dezembro, na UNITV, canal 15 da NET POA, às 18 e às 23h, e também ao vivo pelo site www.unitv.tv.br



FLÁVIO DUTRA/JU

Ponte para o passado



Manifestantes contrários à privatização da Fundação Zoobotânica e ao pacote de medidas do governo gaúcho participam de ato em frente ao Jardim Botânico

Maíra Baumgarten*

Vivemos tempos difíceis. O avanço de movimentos racistas e fascistas na Europa, a eleição de um antecandidato nos Estados Unidos e os retrocessos políticos e sociais na América Latina expressam o conturbado período de uma ordem social que se está esgotando e que entrou em crise sistêmica. O movimento rumo a um estado mínimo iniciado com a retomada do liberalismo ocorre, no Brasil, em dois sentidos: expulsando da arena do Estado todos os interesses que coloquem em risco a competitividade e a acumulação e, ao mesmo tempo, favorecendo os interesses dos setores privados da economia, regidos apenas pela obtenção do lucro e pela lógica do curto prazo.

Ao lado disso, temos uma crise de credibilidade das instituições políticas e públicas, causada pelo desvelamento da corrupção, por uma divulgação seletiva de informação por parte dos meios de comunicação de massa, por fortes campanhas na mídia contra o Estado, alicerçadas em interesses internacionais em petróleo, territórios e bens naturais.

Em 1990, publiquei o livro *Institutos de Pesquisa do Rio Grande do Sul. Diagnóstico*, resultado de uma investigação iniciada no ano anterior na recém-criada Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Sul. O projeto partia de duas constatações significativas: a pesquisa científica, comumente associada a instituições acadêmicas, é fundamental para o desenvolvimento de algumas ações em áreas como saúde, ambiente, agronomia, tecnologia, cultura; havia na estrutura do nosso estado, à época, diversas instituições voltadas à investigação diretamente relacionada ao atendimento de necessidades sociais e produtivas: os institutos de pesquisa, que tinham como objetivo solucionar questões emergentes situadas na intersecção entre desenvolvimento científico, tecnológico e social. Esses institutos, entretanto, tinham diferentes situações, status e vinculações organizacionais e se encontravam, de forma geral, sucateados.

Nossa tarefa era reunir informações sobre os institutos, ligados a distintas secretarias, e dar suporte e apoio ao planejamento, possibilitando uma gestão apropriada das instituições e dos recursos de que o estado já dispunha. Entre esses órgãos encontravam-se a Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC), a Fundação de Economia e Estatística (FEE), a Escola de Saúde Pública, o Laboratório Farmacêutico do Estado (que depois veio a integrar a Fundação de Pesquisa e Produção em Saúde), o Jardim Botânico, o Parque Zoológico e o Instituto de Pesquisas Agronômicas, que foram incorporados à Fundação Zoobotânica e à Fundação de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO).

A investigação confirmou o caráter estratégico desses órgãos para o desenvolvimento de ações voltadas ao adequado atendimento à população. Entre suas atribuições encontravam-se: manutenção de reservas de fauna e flora, promoção de atividades científicas e culturais voltadas à coletividade, desenvolvimento e avaliação de vacinas, práticas criatórias, conservação do solo, produção de sementes e mudas, assessoramento a produtores rurais, controle sanitário, sanidade animal, investigação e divulgação de informações em saúde, produção e pesquisa de medicamentos, epidemiologia, sangue e hemoderivados, formação e qualificação de pessoal para o sistema único de saúde, desenvolvimento tecnológico, produção e sistematização de dados sobre a economia e sociedade sul-rio-grandenses, subsídios ao planejamento governamental e maior conhecimento sobre a economia regional e sua infraestrutura social.

O diagnóstico efetuado à época girou em torno da existência e situação de equipamentos, pessoal (qualificação, quantidade), linhas de pesquisa, recursos para investimento, biblioteca, autonomia gerencial. Uma das conclusões do estudo foi a de que os órgãos com status de administração indireta, por possuírem maior autonomia, tinham melhores condições de impedir o sucateamento ge-

neralizado de equipamentos e os problemas de pessoal. Por outro lado, algumas áreas que poderiam captar recursos federais, privados ou internacionais (como saúde, ambiente), não podiam fazê-lo por falta de autonomia e, mesmo, de rubricas para executar os gastos na administração direta.

Ao longo das diferentes administrações, esses órgãos de pesquisa, produção e divulgação foram transformados em fundações, em sua maior parte, tendo recebido maior ou menor volume de recursos e de investimento, dependendo da perspectiva mais ou menos liberal do governo. De forma geral, sobreviveram aos percalços e construíram-se como entidades importantes para a população do Rio Grande em diversas áreas.

Vinte e seis anos após, o governo do senhor Sartori empreende uma fantástica volta ao passado ao propor extinguir esses órgãos de pesquisa que atuam em áreas muito importantes para a coletividade em lugar de aperfeiçoar e qualificar sua atuação. A essas instituições, o governo acrescenta, ainda, a Fundação Piratini, responsável pela comunicação pública com a coletividade e a divulgação cultural.

A TVE, criada em 1968 como emissora pública com o objetivo de ser um canal exclusivamente educativo, foi inaugurada oficialmente em 1974. Iniciou a produção local de programas educativos, culturais e instrutivos e passou a integrar o Sistema Nacional de Televisão Educativa (Sinted). Como um canal aberto e público, caracteriza-se por ser uma emissora voltada para uma audiência interessada em temas culturais e educativos. Seu jornalismo reflexivo e seus programas de atualidade trazem à tona o movimento cultural do Rio Grande do Sul em áreas variadas, como artes cênicas, música, artes visuais, sempre propondo reflexão e difundindo a cultura de forma ampla.

Sua característica principal é o material humano, a força e a determinação de seu quadro de jornalistas, empenhados em seu

compromisso com informações verdadeiras, com os artistas e a coletividade. A rádio FM Cultura, inaugurada em 1989, foi um divisor de águas, trazendo a um mercado “enlatado” das rádios comerciais já instituídas um oásis de qualidade, boa música, programas inteligentes e variados, incluindo de nossos artistas.

A principal justificativa para as extinções é contábil, baseada na lógica do curto prazo, da competitividade e lucratividade, características do setor privado que não servem para o setor público. As planilhas de cálculo dos burocratas orientados por políticos sem visão decidem o destino de funcionários, técnicos, pesquisadores que têm trabalhado em condições, por vezes adversas, para manter esses órgãos e suas funções.

A cultura, a arte e as atividades educativas dificilmente podem ser contabilizadas. Como saber quanto vale o prazer de escutar um belo álbum de um músico gaúcho, um programa educativo, um telejornal que fala da nossa realidade com competência, um programa que mostra o que produzimos em teatro, fotografia, dança? A TVE e a Rádio FM Cultura são praticamente os únicos veículos que dão visibilidade aos nossos artistas, que priorizam a qualidade independentemente dos interesses do mercado, dos anunciantes ou mesmo do governo em exercício no estado. É exatamente sua característica de espaço público (portanto de todos, não voltado ao lucro) que permite que esses órgãos testem linguagens, abram espaço para o novo, promovam o debate público e enriqueçam a perspectiva crítica e a inteligência da nossa população.

* Coordenadora do Laboratório de Estudos e Divulgação de Ciência, Tecnologia e Inovação Social – LaDICS (UFRGS) e Secretária da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Colaborou Bebê Baumgarten (jornalista)



Quando a fé encontra a razão

Religiosidade *Estudantes contam como lidam com suas crenças no ambiente universitário*

No século 19, Nietzsche anunciou que Deus estava morto. O pensamento iluminista teria dissipado as densas trevas do misticismo. O racionalismo triunfara, não havendo mais motivo para religiosidade. Porém, ao contrário do que o filósofo previu, ainda hoje, no coração de muitas pessoas, Deus está bem vivinho.

O doutorando em Sociologia e participante do Núcleo de Estudos da Religião da UFRGS, Ricardo Cortez, investiga as formas como acontece a inserção dessas pessoas religiosas na Universidade. Sua dissertação de mestrado se dispôs a responder a esse questionamento. A pesquisa – que abrangeu 4.650 pessoas, entre estudantes, técnicos e docentes (de uma comunidade de 47.960 indivíduos) – apontou que 23% são ateus, 20% religiosos praticantes, 18% religiosos não praticantes, 15% os que se definem sem religião, mas acreditam em Deus, e 14% os que se consideram agnósticos.

Para ilustrar a maneira como ocorre a interação de um estudante religioso com o ambiente universitário, Ricardo utiliza a metáfora do relógio de bolso: sua presença é reconhecida apenas pelo cordão que fica à mostra, prendendo-o à roupa. A identidade religiosa é aceita só até esse limite. Quando um aluno fala mais profundamente sobre sua crença, provoca constrangimentos. A identidade religiosa, quando é colocada na convivência, não pode ser apresentada profundamente como alguém

que tira o relógio do bolso e mostra as horas. De acordo com o doutorando, isso acontece porque as pessoas assumem a Universidade como um espaço público secular. Quando a crença é aprofundada, ela deixa de ser reconhecida como uma identidade e passa a ser vista como uma atividade religiosa, entrando em conflito com o princípio da laicidade. No entanto, afirma o pesquisador, esse princípio da laicidade na Universidade não está exatamente expresso na Constituição Federal. Os alunos, portanto, estariam aplicando em sua prática diária uma norma que não está prevista em lei, mas que advém da nossa herança positivista aqui do Rio Grande do Sul.

A pesquisa de mestrado de Ricardo indicou também que o contato com as diversas ideias presentes na Universidade pode levar a uma mudança na identidade religiosa. Existem aqueles que eram extremamente crentes quando entraram no ensino superior e se tornaram ateus ou agnósticos, e outros que eram ateus e passaram a ter uma religião. Há também aqueles que transitam de uma religião para outra. O doutorando explica que tendemos a pensar que no ambiente acadêmico ocorre um processo de modernização, induzindo o indivíduo a buscar uma racionalização até se tornar laico ou ateu. Em sua pesquisa, ele concluiu que essa teoria da modernização é falha, existindo, na verdade, diversas razões: a religiosa, a científica, a filosófica.

Fé que pensa, razão que crê – Na Modernidade, tende-se a separar fortemente razão e emoção, ciência e religião. Ricardo observa porém, que na história da religião e da ciência não percebemos essa separação: as primeiras universidades surgiram em mosteiros e muitos cientistas eram religiosos, como Newton e René Descartes (que em sua obra *Meditações Metafísicas* quer provar a existência de Deus).

Gabriel Carvalho, estudante de Direito e cristão, aponta que há um pensamento muito comum na universidade de que a fé deveria se distanciar da academia. “É como se o cristão, por crer em Deus, não pudesse estudar, ser um cientista, desenvolver sua inteligência. Mas eu acredito, e tenho aprendido isso com a Aliança Bíblica Universitária (ABU), que a minha vida cristã não precisa estar dissociada da razão e do meu intelecto. Eu, enquanto cristão, penso, raciocino e me questiono, e acho fundamental que a minha fé me permita criticar minhas práticas”, comenta. Gabriel participa do Núcleo do Direito da ABU, uma organização mundial evangélica por meio da qual estudantes compartilham como vivem sua fé dentro do ambiente acadêmico. Na UFRGS desde 2013, o movimento conta hoje com os núcleos da Arquitetura, do Direito e do Vale, com uma média de 20 a 30 participantes ao todo. Os integrantes do grupo são cristãos protestantes de diversas denominações e cursos. Nos encontros, eles estudam a Bíblia e oram. “Um dos lemas da ABU é ‘fé que pensa,

razão que crê’. Nós acreditamos que há como conciliar o ambiente universitário com a crença, sendo possível encontrar pessoas que professam a mesma fé que você”, comenta Cristina Alves, estudante de Direito e uma das diretoras de base da ABU Porto Alegre.

Fé “versus” razão – Segundo a pesquisa de mestrado de Ricardo Cortez, 83% dos estudantes religiosos da UFRGS não sentiram algum tipo de constrangimento na Universidade, enquanto 17% afirmaram já ter vivido uma situação constrangedora.

A estudante de Relações Públicas e de religião afro (batuque, umbanda e quimbanda) Ketlyn Couto faz parte dos 83%. Ela conta que desde pequena nunca teve dificuldade de se afirmar como negra e, ao entrar na Universidade, não sofreu constrangimentos. De acordo com a estudante, quem tem que se constranger é a pessoa que discrimina. “Nunca tive que me esconder, todo mundo sabe que eu sou religiosa”, assegura.

Devahuti Dasi Bdds, estudante de Letras, também relata que sua inserção foi tranquila: “Para minha surpresa foi muito boa. De nenhuma forma eu sofri preconceito”. Devahuti é adepta ao Vaisnavismo – uma religião originária da Índia e que no Ocidente se popularizou como Hare Krishna. Na época em que entrou na UFRGS, em 2012, a estudante morava no templo e relata que era algo bem contrastante: saía de uma programação no

local e ia para a aula, num ambiente totalmente diferente. Para vir à Universidade, não trocava de roupa (no templo ela vestia sari): “Eu nunca vi necessidade de me transformar; não gosto dessa coisa de ter uma vida dupla. Por isso, até a particularidade do nome eu faço questão de reforçar, mesmo com os professores, que geralmente mudam na chamada”. O nome de batismo da estudante é Nadaja Coelho; Devahuti Dasi Bdds é seu nome de iniciação. No início, as pessoas ficavam curiosas e de certa forma encantadas com a crença de Devahuti. Ela diz que também houve momentos difíceis em proporções menores, porque o curso escolhido é composto por maioria atea ou agnóstica. “Ser laico é uma coisa, ser ateu é outra. Da mesma forma que, por exemplo, eu não posso impor a minha fé e querer que todo mundo fale sobre Hare Krishna, quem é ateu também não tem o direito”, reivindica.

“Srila Prabhupada, que foi o mestre que trouxe esse movimento para o Ocidente, costumava dizer que fé sem filosofia é sentimentalismo, mas filosofia sem prática é especulação. O fato de que eu tenho uma religião não implica que eu tenho de fechar os olhos e simplesmente confiar. Não, eu estudo, eu leio, eu debato. Há razão na fé. Para mim não é um conflito, algo que eu tenho que acessar num momento e noutro não. É algo que caminha junto”, opina, recusando o embate entre razão e fé.

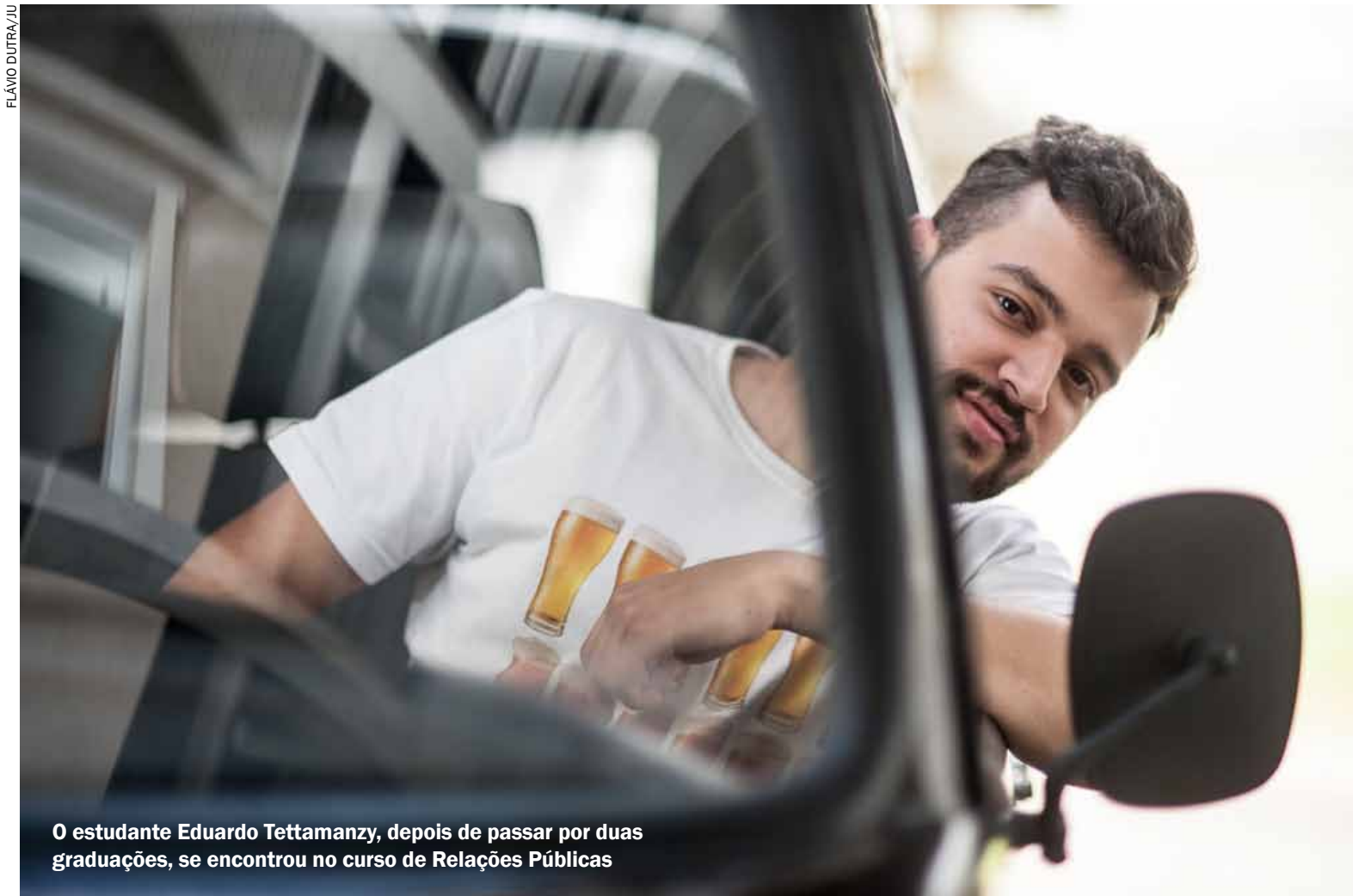
Cássia de Oliveira, estudante do 7.º semestre de Jornalismo da Fabico

Devahuti Dasi, brasileira estudante de Letras, conheceu por acaso a religião indiana Vaisnavismo, e hoje essa crença perpassa toda a sua vida





Incertezas do trajeto



O estudante Eduardo Tettamanzy, depois de passar por duas graduações, se encontrou no curso de Relações Públicas

Vida acadêmica Núcleo dá apoio a estudantes indecisos quanto à carreira

Com a atual profusão de cursos universitários e carreiras profissionais possíveis a serem seguidas, aumentam as dúvidas dos jovens quanto ao que fazer após o término da educação básica. Conforme pesquisa do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Estudantis, de 2014, que traçou o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes do ensino superior federal, cerca de 60% dos universitários já cogitaram ou ainda pretendem mudar de curso.

O agora aluno do 1.º semestre de Relações Públicas Eduardo Tettamanzy sabe bem como é sentir-se perdido em meio às infinitas possibilidades e aflito em talvez não se encontrar em curso algum. “Até o terceiro ano do ensino médio eu nem sabia como funcionava uma faculdade, aí acabei escolhendo

Economia. Tive medo de que o Design, outra área de que eu gostava, seria uma profissão mal remunerada”, conta.

Depois de três semestres na Economia, ele migrou para o curso de Design, o qual tampouco correspondeu às suas expectativas. Foi quando, com um amigo, montou um Beer Truck (espécie de food truck de cervejas) e começou a lidar com pessoas, realizar eventos, além de administrar, que era algo do qual sempre se interessou. Juntando todos essas inclinações, acabou chegando, por meio de uma amiga, ao curso de Relações Públicas: “Pela primeira vez, eu consigo me imaginar trabalhando com o que os professores falam em sala de aula; eu consigo ver os conceitos postos em prática no meu trabalho. Isso

conta bastante para eu ter vontade de continuar estudando”, conclui Eduardo.

A estudante do 7.º semestre de Jornalismo Marihá Gonçalves enfrentou as mesmas dúvidas de Eduardo. Entre o 3.º e 4.º semestres do curso, contudo, ela resolveu buscar ajuda no Núcleo de Atendimento ao Estudante (NAE), que presta, entre outros serviços, auxílio aos indecisos para que consigam enxergar com mais clareza o que querem para si em termos profissionais. “Na primeira consulta, já me senti bem melhor em relação às minhas escolhas, porque a psicóloga me fez pensar em tudo o que eu estava passando no momento e como isso poderia estar influenciando a minha vida acadêmica”, recorda Marihá. Entretanto, mesmo com todas as

reflexões proporcionadas, ela ainda ficou com mais questionamentos do que certezas. Apenas após refletir mais demoradamente concluiu que era no Jornalismo mesmo que deveria ficar: “Procurar o NAE foi determinante na minha vida para eu perceber que na verdade eu só era insegura. As conversas com a psicóloga e os pensamentos que esta provocava foram muito bons para saber definir o que era vontade mesmo de trocar de curso e o que era insegurança”, completa.

Auxílio – Além de Marihá, o NAE, existente desde 2006, tem ajudado jovens universitários e secundaristas em diversos aspectos ligados à orientação profissional e ao planejamento de carreira. Para a psicóloga do núcleo, Cláudia Sampaio,

a grande demanda pelo trabalho oferecido se dá por diversos fatores: a pouca procura por informação sobre os cursos antes da inscrição no vestibular, a limitada reflexão sobre o que se quer para si mesmo e a visão bastante genérica com que os alunos chegam ao curso escolhido, o qual, na prática, acaba mostrando-se diferente do imaginado.

“É um momento de muitos amadurecimentos, sendo normal que a escolha seja repensada. A grande questão é o que se faz com isso. É preciso buscar um espaço para refletir. E, se ficar no curso, poder ter outra relação, conhecer-se melhor e ver onde há oportunidade para realizar coisas que tenham a ver com o que faz sentido para nós e nos interessa”, analisa Cláudia.

Nas oficinas e nos atendimentos individuais e em grupos ocorre um processo de aconselhamento, prática que busca facilitar empaticamente um processo de reflexão e autoconhecimento para que o orientando possa tomar suas próprias decisões. “Realizamos atividades que fazem com que os alunos se conectem às percepções de si mesmos e vejam em que cursos e trabalhos eles poderão realizar isso. Também incentivamos que busquem informação em profundidade, entrevistem profissionais e conheçam contextos de trabalho. Depois, devem integrar isso tudo em uma reflexão, pensando em como vai ser colocada essa escolha em ação”, reflete a psicóloga e complementa: “Às vezes, pensamos as escolhas de forma muito pontual, mas elas são o reflexo de toda uma caminhada que vamos fazendo”.

Para Cláudia, a questão vai muito além de mudar ou não de curso. Há de se ter em mente que somos seres com multiplicidades de interesses, e nem todos eles serão vividos dentro da universidade, porque nenhum curso é capaz de dar conta de tudo. Além disso, nem todas as matérias parecerão tão interessantes, ainda que façam parte do trajeto.

Júlia Costa dos Santos, aluna do 5.º semestre de Jornalismo da Fabico

Dois-pontos

Antônio Falcetta, revisor
antonio.falcetta@secom.ufrgs.br

► Questão obstétrica

Escrever com o fito de publicar implica trabalho textual persistente de busca de um modo interessante (engenhoso, criativo, sedutor, convincente) de dizer. Obviamente nem toda matéria se dispõe a receber os malabarismos de um tratamento estético mais fino, ainda que o tema mereça sempre atenção. Mas há facetas da produção textual que são imprescindíveis e que, portanto, não podem ser desprezadas. Isso quer dizer a organização e a clareza de ideias, a escolha do léxico, de expressões e figuras retóricas, o diálogo com outros textos, a concatenação das partes. Claro, para quem escreve, esses fatores são incidentes no momento da concepção

do texto e envolvem um curioso jogo de autossedução – acolhimentos e estranhamentos. É, pois, quase uma questão obstétrica. Sabidos e atendidos tais quesitos, algo, contudo, ainda inquieta: o quanto o que está (sendo) dito vale a pena ser lido? Na ciência isso é mais facilmente verificável, à medida que publicar pressupõe relevância, quando menos, às áreas de interesse. Bastam, portanto, uma pesquisa caprichosa do estado da arte e uma leitura atenta da realidade. Na literatura, as amarras, os escaleres e coletes salva-vidas estão no interior do convés da nau que começa a ser esboçada pelo casco. *

O texto de ficção demanda matéria-prima interessante: o permitir-se o não dado, o despir-se da história única da cultura óbvia para deslocar-se às possibilidades do impensado. Deve ser compromisso escolar desenvolver o olhar do antropólogo, que busca, pelo descentramento de um eu imperativo, compreender (que é muito mais que perceber) outros modos e possibilidades de ser. Necessitamos nos permitir a condição de aprendizes inesgotáveis para conseguirmos experienciar as coisas em si e na sua integralidade. Fazendo assim, damos chance de termos amanhã possibilidades de roteiros existenciais mais interessantes

e relevantes que os de hoje. *

Saibam, as naves para alguma lua de Saturno já estão com os lugares todos vendidos. Se há um século a ideia de futuro fascinava, tinha algo de apoteótica, não sabemos o que fazer com ela hoje. Os super-heróis estão em asilos. Pululam igrejas pelo último medo; atenuamos nossos males pela recepção sedativa dos programas de tevê. Talvez um texto nada tenha a dizer, como este, mas apresente qualidades suficientes para instalar-se, seja por um segundo, na sua mente. Depois disso, nenhum dos dois será o mesmo, nem você nem o texto.

Para além da sala de aula

Cotidiano *Uma série de benefícios e oportunidades estão à disposição dos alunos da UFRGS*

Samantha Klein

Aos estudantes, a Universidade proporciona um mundo novo de conhecimentos, seja nas salas de aula, nos laboratórios de pesquisa ou em atividades extracurriculares, isso sem levar em conta as novas (e incríveis) experiências com pessoas vindas de diferentes contextos sociais. Existe ainda uma gama de oportunidades e serviços disponíveis para os calouros e veteranos. Como nem sempre o aluno sabe quais são os benefícios concedidos pela UFRGS (somos uma instituição grande, com sete câmpus, mais de 32 mil estudantes matriculados e 2,8 mil professores), nesta matéria tentaremos dar algumas indicações que vão facilitar a vida acadêmica.

Um dos grandes desafios para muitos estudantes está na peculiaridade dos conteúdos abarcados no

ensino superior e no ensino médio. “Os conteúdos são muito diferentes entre a universidade e a escola básica. Até o final da vida escolar, trabalha-se com conhecimentos gerais, já o ensino superior aborda o estudo específico. Nesse sentido, o aluno que chega à UFRGS ainda é um aluno de ensino médio e poderá ter dificuldades. É preciso, portanto, fazer uma inserção no ambiente acadêmico. Por exemplo, o cálculo que ele terá na faculdade vai ser diferente das operações matemáticas que fazia na escola. Assim, ele poderá precisar de ajuda”, considera a diretora do Departamento de Cursos e Políticas de Graduação, órgão ligado à Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) da UFRGS, Clarice Salete Travesini.

Com isso, são proporcionados diversos programas de reforço pedagógico aos estudantes. De acordo

com as dificuldades de cada curso, são ofertadas aulas de fixação de conteúdos e monitorias. A novidade deste último semestre foi o início de um projeto-piloto de tutoria conforme o qual um grupo se reúne semanalmente para realizar exercícios de cálculo e ter aulas diferentes das lecionadas pelos docentes. “É uma proposta em desenvolvimento que tem como ideia o engajamento dos estudantes que já reprovaram na disciplina. Há lista de presença, o que eleva as chances de que os estudantes venham a acompanhar os encontros. O objetivo é reforçar os conteúdos, assim como outras iniciativas”, destaca Clarice.

Entre os benefícios de maior sucesso, cuja adesão de estudantes vem crescendo, está o Programa de Apoio à Graduação (PAG). O programa existe desde 2010 e reforça disciplinas de física, inglês,

língua portuguesa, química e cálculo de acordo com os projetos estabelecidos por professores ou unidades acadêmicas. O alto índice de conceito “D” no histórico em determinadas disciplinas é o principal fator para a adesão ao PAG.

“Os professores verificam em suas unidades quais as necessidades específicas e recorrem aos editais lançados no início do semestre. Todos os anos, uma professora da Arquitetura propõe reforço em Autocad (software muito utilizado na área). Os docentes da Faculdade de Veterinária também realizam diversas atividades de reforço pedagógico e estão colhendo os resultados positivos com os alunos”, ressalta Nayane Manaut, uma das coordenadoras do Programa de Apoio à Graduação.

Monitorias – Outras formas de ganhar experiência conforme o curso escolhido pelo estudante reside na realização de monitorias, participação em projetos de pesquisa e extensão, além da busca por vagas de estágio. A PROGRAD oferece 600 bolsas, sendo 520 delas destinadas aos monitores presenciais que tenham se destacado em determinada disciplina. Outros bolsistas ainda são recrutados para as monitorias dos cursos do Ensino a Distância. Neste caso, os estudantes devem procurar a Secretaria de Ensino a Distância, localizada no anexo da Reitoria, Câmpus Central.

“O aluno que resolve visitar a monitoria pode escolher ou não ir e, em geral, eles procuram o auxílio às vésperas das provas. Como os monitores são colegas, os estudantes parecem se sentir mais à vontade para participar. A prática diminui muito a reprovação”, destaca Ricardo Streck, coordenador da Divisão de Políticas de Graduação da PROGRAD.

Além da divulgação no site da Pró-reitoria de Graduação ou das faculdades, o contato pessoal com os servidores facilita a busca de oportunidades. A diretora do Departamento de Cursos e Políticas de Graduação destaca que os estudantes devem se aproximar das Comissões de Graduação – sempre estão próximas das secretarias das faculdades – para se localizar nas diversas atividades que a UFRGS oferece dentro da área de conhecimento. “O contato pode ser feito com os técnicos das Comgrads para que esse aluno possa melhor aproveitar as possibilidades do curso porque estes são servidores que permanecem, diferentemente do que ocorre com as diretorias, que são temporárias.”

Benefícios – Os estudantes da UFRGS ainda têm acesso aos Restaurantes Universitários, cuja refeição custa R\$ 1,30, distribuídos em seis unidades. Aqueles que comprovarem baixa renda junto à

Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) ainda terão desconto maior no pagamento das refeições. Os alunos também podem acessar a Casa do Estudante, a Colônia de Férias e o programa de esportes.

A UFRGS possui três residências estudantis distribuídas em câmpus diferentes, todas muito concorridas. As casas têm regimentos próprios e processos seletivos independentes a cada novo semestre. Por isso, o aluno poderá participar de todos os processos seletivos, caso tenha interesse.

Todas as casas dispõem de vagas masculinas e femininas, e, para concorrer a um apartamento ou quarto, o estudante da UFRGS deve atender aos critérios determinados pelos respectivos editais de seleção, divulgados semestralmente. É possível acessá-los no site da PRAE. Os prazos de inscrição iniciam após o período de matrículas.

Colônia de Férias – Atualmente, a comunidade da UFRGS pode utilizar a colônia de férias localizada em Tramandaí. A unidade localizada na Avenida da Igreja, no centro do município, contém 30 apartamentos e duas alas coletivas. A estrutura conta com churrasqueira, futebol de areia, quadra de vôlei gramada, quadra de futebol e basquete de cimento, mesa de ping-pong, snooker, piscina adulto e infantil, jogos recreativos e sala de TV. O custo cobre a manutenção da limpeza do local. As inscrições são disponibilizadas em novembro, no site da PRAE. Os felizes contemplados terão uma semana para desfrutar do espaço localizado a algumas quadras do mar.

Contatos importantes

Pró-reitoria de Assuntos Estudantis

prae@prae.ufrgs.br
(51) 3308 3240

Bolsas e Auxílios

bolsaprae@prae.ufrgs.br
(51) 3308 3076

Programa de Benefícios

dssae@prae.ufrgs.br
(51) 3308 3062

Colônia de Férias

coloniadeferias@ufrgs.br
(51) 3308 4036

Divisão de Esportes

esportes-prae@ufrgs.br
(51) 3308 3799

Divisão de Alimentação

(Restaurantes Universitários)
da_atendimento@ufrgs.br
(51) 3308 4030

Moradia Estudantil

dmess@ufrgs.br
(51) 3308 4206

Endereço PRAE

Rua Paulo Gama n.º 110
Prédio 12.105 - Anexo III
da Reitoria | Porto Alegre - RS



Imagem de arquivo de 2014 mostra estudantes da Faculdade de Arquitetura que produziam o Parklet durante a Semana Acadêmica: estruturas que visavam ocupar espaços públicos, como estacionamentos, com áreas de lazer

Oito horas à deriva

TEXTO JACIRA CABRAL DA SILVEIRA FOTOS FLÁVIO DUTRA

Eram onze horas em ponto quando o relógio de Ughini parou, indicando exatamente a hora em que caíram no mar. Estavam a cerca de cinco milhas da praia, quase em frente a Tramandaí, um pouco ao sul do balneário. A essa distância era possível avistar os morros na costa, assim como um barco da Transpetro, empresa de transporte e logística de combustível. Essas eram as duas referências de Eduardo para decidir o que fazer: os morros e o navio. Quando a maré subia, eles podiam ver, inclusive, as dunas e algumas casas próximas à orla. As alternativas eram: nadar contra as ondas em direção ao norte ou seguir a favor delas, aproveitando o vento nordeste, ainda que isso pudesse distanciá-los mais da costa, mas não haveria o desgaste físico de nadar contra a maré, resistindo ao vento contrário. “Como todo mundo sobreviveu, acho que foi a decisão certa”, avalia agora o oceanógrafo, apesar de ainda duvidar de haver sido esse o melhor trajeto.

Tomados por uma onda de retorno, daquelas que costumam apavorar os banhistas ao sentirem-se ameaçados pelo repuxo, eles avançam para bem adiante da zona de surfe em direção ao mar aberto. Essa corrente passou a levá-los para fora, tanto é que o avião caiu a cinco milhas, eles foram encontrados a onze milhas da costa. Ou seja, mesmo nadando a favor da onda, foram derivando para o sul, sendo encontrados em Cidreira, a quase 40 km do local onde haviam caído. A noção do tempo era dada pela altura do sol, enquanto a constatação do progresso do esforço de nadar em direção à praia eles percebiam pela aproximação às casas. Mas, a partir de certo momento, à medida que seguiam em direção ao sul, as pequenas construções e os morros começaram a desaparecer. Percepção que ficava ainda mais difícil com o entardecer, pois a luminosidade do Sol ofuscava a visão, enuviando os restos de imagens no horizonte. Bate então a incerteza: não avistavam mais as dunas e as casas porque o sol não permitia enxergar ou porque estavam se distanciando irremediavelmente da orla.

Na dúvida, continuavam nadando. Paulo, por ter melhor condição física, demonstrava maior resistência. Eduardo e Moacir conseguiram acompanhar, mas a dificuldade mais frequente estava com Daniel, que, em função de não conseguir ajustar satisfatoriamente o colete, ficava para trás. Por vezes, esse distanciamento chegava a uns 50 metros, e houve ocasiões em que chegou a recomendar que o deixassem para trás. A reação dos colegas foi sempre a mesma: estavam todos juntos e não desistiriam de ninguém. Quando batia o cansaço, enganchavam os braços uns aos outros e nadavam de costas, juntos. Apesar da situação dramática, houve momentos em que acabavam rindo, provocados por um comentário mais descontraído, geralmente escarnecendo a condição em que se

encontravam. Sentindo-se responsável por manter o ânimo do grupo, Eduardo, num dado momento, diz especialmente para “Dani”, que insistia que o deixassem para trás: “Se os cubanos conseguem chegar na Flórida, a gente consegue chegar na praia”. Só omitiu um detalhe: “...os cubanos faziam essa investida em balsas, não a nado”, comenta ao recontar a história.

Contar toninhas – Eles só queriam contar toninhas e comprovar o quanto esses mamíferos marinhos corriam risco de extinção. Por conta dos estudos que vinham desenvolvendo sobre a mortalidade desses golfinhos nas redes de pesca no Rio Grande do Sul, os pesquisadores já sabiam do avançado comprometimento da sobrevivência da espécie: morriam cerca de 400 toninhas por ano no litoral norte e aproximadamente mil no litoral sul no mesmo período de tempo. E como nem sempre as investigações científicas concentram-se em laboratórios ou dependem de utensílios mais usuais, como pequenos tubos de ensaio, para seguirem seu curso, há ocasiões em que uma pesquisa pode transcender o plano investigativo e tornar-se uma arriscada aventura, assim como a ocorrida no entardecer da terça-feira, dia 12 de março de 1996, quando um piloto, dois estudantes de Biologia da UFRGS e um oceanógrafo da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) foram resgatados a onze milhas da costa do balneário de Cidreira, depois de oito horas à deriva no mar.

Passados 20 anos do episódio, dois membros desse grupo de pesquisadores, que realizava um “levantamento da perspectiva de abundância” (percentual de incidência) das toninhas no litoral do estado, resgatam um pouco dessa história. Um deles é Ignacio Moreno, hoje professor do departamento de Biologia da UFRGS. Naquela época, ele e alguns colegas de graduação criaram o Gemars, Grupo de Estudos de Mamíferos Aquáticos do Rio Grande do Sul. Eram pouquíssimos os especialistas nesta área nos anos 90, tanto é que muitos desses estudantes tiveram como orientadores em seus TCCs professores de outras linhas de pesquisa. Quem também ajudou a recontar o que ocorreu naquele dia foi o oceanógrafo Eduardo Secchi, que já realizava estudos com mamíferos marinhos na FURG, onde atualmente é professor do Instituto de Oceanografia. Cada um deles fazia parte de uma das equipes: Eduardo contava toninhas a bordo do avião, em companhia de Daniel Danilewicz e Paulo Ott, enquanto Ignacio e Márcio Borges monitoravam o trabalho em terra.

A toninha habita as águas costeiras do Brasil, do Uruguai e da Argentina. É um tipo de golfinho muito difícil de ser visto na natureza; tem hábitos solitários, sua coloração é amarronzada e não costuma saltar à superfície. Enquanto muitas espécies podem ser contabilizadas por meio do uso de embar-

cações, com as toninhas é diferente. Hoje, os pesquisadores sabem que a área preferencial de circulação é dos 30 metros a partir da arrebentação, consideradas águas rasas. Por tais peculiaridades, para fazer o cálculo de perspectiva de abundância das toninhas, é necessário voar a baixa altura, o que exige o uso de um avião adequado para essa tarefa: o bimotor com asa alta, que permite mais segurança em voo e maior visibilidade aos pesquisadores.

O problema é que até os anos 2000 não havia no estado avião com essas características. A alternativa então era usar um monomotor de asa alta, ainda que não fosse a opção mais segura para sobrevoos no mar, tanto que foi muito difícil encontrar alguém que aceitasse (ou soubesse) realizar o trabalho. Enquanto Ignacio e os colegas procuravam em Porto Alegre e arredores, Eduardo tentava localizar algum aviador pelas bandas de Rio Grande, onde morava. Finalmente chegaram ao nome de Moacir Ughini, piloto experiente e conhecido pela técnica e arrojo em seus voos. Membro do Aeroclube de Belém Novo, em Porto Alegre, Ughini trazia em seu currículo recordes de looping com planador. “Se ele não fizer esse voo, nenhum outro faz”, comentavam outros pilotos aos jovens pesquisadores. Ok, agora estavam com a equipe montada.

Confirmada a participação de Ughini no projeto, começaram as reuniões preparatórias. Nessas longas conversas vinham à mesa de discussão os conhecimentos acadêmicos dos pesquisadores, descrevendo o perfil das toninhas para melhor identificá-las, e os conhecimentos técnicos do aviador, especificando as condições do voo e as necessárias precauções. O resultado foi um alinhamento de rotas, cálculos de segurança, enfim, procedimentos do antes, durante e depois dos sobrevoos. Ignacio credita a tais preparativos o fato de seus colegas e o piloto terem sido resgatados com vida após a queda com o monomotor.

Tensão, medo e dúvida – Foi tudo muito rápido. Primeiro o piloto avisa que seria necessário pousar na água, mas, quando tenta comunicação via rádio com o pessoal de apoio, constata e avisa para os demais a bordo: “Estamos caindo”. Os três jovens pesquisadores, o mais velho estava com 26 anos, perguntam: “Vamos pousar ou cair?”

Prestando atenção ao padrão das ondas, Ughini escolhe aquela mais favorável a uma aterrissagem segura, ainda que forçada. Levantando a parte dianteira da nave, faz com que seja a cauda do avião que toque a crista da onda, porque, do contrário, se batesse com a parte da frente da aeronave, seria equivalente a chocar-se com uma parede em velocidade. Quando o restante do monomotor toca a água, os tripulantes sentem forte solavanco, e o choque com a superfície provoca uma onda alta que cobre o avião. As asas permitem uma flutuação inicial, mas logo o peso do



Em sua sala no Instituto de Oceanografia, Ughini sobrevoou no litoral norte do estado

motor à frente apressa a imersão do bico da aeronave, afundando lentamente. À medida que a água vai entrando na cabine, fica mais difícil abrir as portas. Antes da queda, o piloto já recomendara a todos que vestissem os coletes salva-vidas. Eduardo teve dificuldade em colocar o seu, pois estava guardado atrás do banco traseiro. Quando Paulo conseguiu pegá-lo e alcançar ao colega já era tarde, precisavam sair imediatamente. Já no mar, Eduardo consegue vestir seu colete. Daniel também teve problemas com o seu: por não conseguir ajustar adequadamente as tiras, seu nado foi dificultado do começo ao final do acidente, sendo difícil permanecer na superfície. “É como nadar de poncho” – o comentário jocoso de Eduardo ao remontar o episódio vem em tom comedido, consciente do risco que ele e os demais tripulantes corriam naquela situação.

Já todos fora do monomotor, conseguem juntar-se e decidem que seria Eduardo quem daria as instruções a partir daquele momento, afinal de contas, era o único oceanógrafo formado entre eles, e esperavam que soubesse o que deveria ser feito. Ughini teimava em não tirar os tênis e as calças com medo de ser atacado por tubarões. Só com muita insistência dos companheiros é que acabou se desfazendo dos calçados, mas não houve quem o convencesse de tirar as calças, tudo para melhorar as condições para nadar. Os outros três já estavam descalços e usavam bermudas. Era final de verão, mas ainda estava quente, e não seria pelas roupas que



da FURG, Eduardo Secchi relembra como foram os momentos de queda e o resgate do acidente aéreo que sofreu com mais dois colegas pesquisadores duran-

deixariam de continuar nadando.

Já haviam passado alguns aviões do Aeroclube de Belém Novo fazendo voos de busca, mas a primeira aeronave que chegou mais próximo foi o helicóptero do esquadrão Pelicano, que naquele dia estava fazendo treinamento em uma das praias do norte e se juntou às buscas. “Eles passaram muito próximo da gente, naquela posição que, para quem faz esse tipo de trabalho, é para ver um alvo qualquer”, lembra Eduardo, que chegou a tirar e agitar o próprio colete, mas os pilotos não viram. “Eu conseguia ver os óculos escuros do cara que estava com a janela aberta, mas ele não me enxergou”, relata ao mesmo tempo que repete o movimento que fez com os braços na tentativa de contato, mas que acabou sendo encoberto por uma onda, o que os impediu de serem avistados. O helicóptero fez outros sobrevoos e acabou voltando para terra a fim de economizar combustível para um resgate mais preciso. Em Porto Alegre, Marquá, aviador amigo de Ughini fica sabendo do ocorrido. Na época, trabalhava para o governo do estado, pilotando uma das aeronaves oficiais, tendo sido com uma delas que, com a liberação do governador, se juntou às buscas.

Já eram cinco horas da tarde. A partir de um ponto previsível de localização, Marquá inicia as buscas com voos circulares, aumentando gradativamente os quadrantes para abranger uma área cada vez maior de análise. Num desses quadrantes ele conseguiu avistar dois pontos cor de laranja e sinalizou com as asas do avião que estava ciente dos naufragos. “Ele

nos viu”, decifrou Ughini, pois era o único que entendia do código utilizado pelo piloto em voo. Então, a aeronave some no horizonte, reaparecendo instantes depois para confirmar o local que havia registrado no GPS a bordo. Embora os dados no aparelho confirmassem o ponto registrado anteriormente, Marquá agora não conseguia rever os dois pontos laranja que avistara antes. Isso fez com que repetisse outras vezes o sobrevoos até que finalmente conseguiu reavistá-los, repetindo o movimento das asas.

Cinematográfica, é como Eduardo adjetiva a cena do resgate. Depois que Marquá se certifica exatamente do local onde estavam os quatro sobreviventes, comunica-se com o pessoal em terra. A estratégia montada passa a contar com mais um avião, pilotado por Machado, coordenador do aeroclube à época, e com o helicóptero do esquadrão Pelicano. Comunicando-se por rádio e celular, eles fazem um balizamento sobre a área: o helicóptero no meio e as duas outras naves uma de cada lado, à frente. “Quando eu falar ‘é aqui’, eu vou para um lado, o Machado vai para o outro e vocês parem no ponto”, foi a orientação de Marquá aos pelicanos.

“Nesse momento já era cinematográfico. Já estávamos conscientes de que estávamos salvos, ou quase salvos”, conta Eduardo. Como já era início da noite, as aeronaves vinham com os faróis ligados, acompanhadas daquele som quase ensurdecedor dos motores, especialmente o do helicóptero. Ainda na água, os quatro acompanhavam o voo: primeiro avistam as luzes dos aviões batedores que,

exatamente sobre eles, se separam, deixando lugar para o helicóptero se posicionar para o resgate. Entretanto, foi preciso realizar a operação duas vezes, pois o mesmo barulho do helicóptero que soava como música aos ouvidos dos pesquisadores não permitiu que o seu piloto ouvisse o celular sinalizando o local, já que o rádio da aeronave estava estragado.

Já sobre o alvo, é jogado um produto que, em contato com o mar, produz um efeito luminoso, para auxiliar na visualização daqueles a serem salvos. Na sequência, Eduardo sente descer sobre sua cabeça um homem-rã. Ele é o primeiro a ser resgatado. Cada um, por sua vez, é preso a um cinto e içado junto ao corpo do oficial. “Quando o último chegou a bordo, ninguém resistiu”, e choraram. Eram sete horas da noite: Paulo, Ughini, Eduardo e Daniel haviam ficado oito horas no mar.

Outro aprendizado do grupo, que rendeu o nome do encontro anual para festejar a vida, realizado todo dia 12 de março: *Monomotor never more!*

Eles continuam no mar – *Espécies da fauna ameaçadas de extinção, recomendações para o manejo e políticas públicas* é o nome da obra publicada em 2010, promovida pelo governo federal, sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, através do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. O quarto capítulo desse compêndio de pesquisas é destinado à Toninha, tendo cinco entre os oito pesquisadores responsáveis Daniel Da-

nilewicz, Ignacio Moreno, Márcio Borges, Paulo Ott e Eduardo Secchi. Sim, muitos daqueles que, no dia 12 de março de 1996, se propuseram a sobrevoar o litoral gaúcho para contar toninhas e comprovar o quanto esses mamíferos estavam ameaçados de extinção.

Assim como Eduardo e Ignacio, Paulo, Daniel e Márcio continuam estudando mamíferos marinhos. Márcio atualmente é professor do Departamento de Zoologia e orientador de mestrado e doutorado no Programa de Pós-graduação em Biologia Animal da UFRGS. Paulo é professor da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), atuando na graduação do curso de Ciências Biológicas e na pós-graduação em Meio Ambiente. Ele também preside o Grupo de Estudos de Mamíferos Aquáticos do Rio Grande do Sul (Gemars), aquele que, juntamente com Ignacio e outros colegas do curso de Biologia da UFRGS, criou em 1991. Onde tudo começou.

Daniel, que passou sérias dificuldades com seu colete salva-vidas quando da queda com o monomotor em 1996, hoje é referência no Brasil e na América Latina na coordenação de monitoramento aéreo de mamíferos marinhos e tartarugas marinhas, conservação e manejo de pequenos cetáceos e suas interações com a pesca, telemetria por satélite de cetáceos e história de vida de mamíferos marinhos. Trabalha como pesquisador visitante na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), na Bahia, e integra o corpo de pesquisadores do Instituto Aquático e do Gemars.



A nova direita em estado puro

Céli Regina Jardim Pinto*

O nove de novembro de 2016 foi um daqueles dias em que o mundo parou estupefato, tal como havia acontecido nos ataques terroristas de 11/09/2001: Donald Trump ganhou as eleições presidenciais nos Estados Unidos, o que ninguém acreditava que aconteceria.

Durante a campanha eleitoral, as poderosas cadeias de TV e os grandes jornais, como o New York Times, se declararam contra Trump e explicitamente a favor da democrata Hillary Clinton. Até Wall Street, tão afeita aos republicanos, desta vez apoiava Clinton.

Trump era o candidato *outsider*, nunca havia concorrido a um cargo eleitoral. Sua campanha política foi calcada no que havia de mais reacionário e primitivo no imaginário do eleitor: homofobia; racismo; nacionalismo xenófobo; promessa de proteger os mais ricos com menos impostos e com isto criar empregos para os mais pobres; plano de expulsão de 11 milhões de imigrantes ilegais; proibição da entrada de muçulmanos no país; construção de um muro entre os EUA e o México; rompimento de acordos comerciais; fim das zonas livres de armas ao redor dos colégios; aproximação com a Rússia de Putin e com a Síria de Al-Assad para combater o Estado Islâmico; denúncia da China como a grande vilã dos problemas econômicos estadunidense.

Hillary Clinton, ao contrário, era a candidata do establishment. Fez uma campanha milionária (segundo a rede de TV CNN, gastou algo ao redor de 600 milhões de dólares). Foi apoiada por Barack Obama, considerado a grande novidade na política dos EUA: negro, jovem e com todas as limitações de ser presidente do maior país capitalista do mundo, tinha avançado nas políticas sociais em favor dos mais pobres. No momento das eleições, seu governo reunia 51% de aprova-

ção. Hillary defendia as políticas sociais do presidente, propunha aprofundá-las, prometia um aumento do salário mínimo, incentivo aos pequenos negócios, aumento de impostos para os ricos, falava da defesa dos imigrantes, dos direitos das mulheres e outras minorias. Mas representava o poder, não só pelos apoios da mídia, de Wall Street e do presidente da república, mas por sua própria história, seja como mulher de um ex-presidente, seja por sua longa carreira política como senadora e Secretária de Estado.

Não é um equívoco, pois, afirmar que a vitória de Donald Trump foi a vitória do antiestablishment contra as forças políticas tradicionais, tanto dentro do próprio Partido Republicano como do Partido Democrata. Mas o fenômeno que necessita ser entendido é: por que tais vitórias estão ocorrendo pelo espectro mais conservador da política? Esta talvez seja a novidade mais grave no mundo ocidental e cercanias no século 21.

Três características são importantes para pensar esse cenário. A primeira é que este não é um fenômeno apenas estadunidense. A segunda é que o discurso vencedor antiestablishment busca, na memória coletiva, o que há de mais reacionário, menos democrático e igualitário para interpelar a população. O nacionalismo e a xenofobia aproximam os discursos atuais às ideologias fascistas que povoaram a Europa na primeira metade do século 20. Há muitas semelhanças entre o racismo contra árabes e islâmicos no discurso de Trump e o antissemitismo de Hitler. A terceira característica é a posição abertamente contra todas as conquistas sociais (a propósito, muito poucas nos Estados Unidos) e os direitos de minorias, duramente conquistados ao longo de décadas.

Tudo isso leva a uma questão ainda mais grave: que sujeitos são estes que estão se re-

belando e votando na extrema direita? Onde estão os excluídos, os explorados pela extração da mais-valia? Os desempregados pelo capitalismo financeiro? Onde estão os que deveriam se unir porque não têm nada a perder? Onde está a pequena burguesia proletarizada? Onde estão os camponeses desalojados pelo capitalismo agrário? Nos Estados Unidos, estão todos apoiando Trump. Na França, Marine Le Pen; na Alemanha, o Partido de extrema direita Alternativa para Alemanha; na Áustria, o Partido da Liberdade, classificado como ultradireitista, que conseguiu anular as eleições parlamentares em 2016.

No Brasil, não temos um fenômeno de ultradireitismo, mas a debacle do PT, a tomada de poder por grupos conservadores históricos associados aos interesses do capitalismo financeiro e o desmonte das políticas públicas, que garantiram, nos últimos 15 anos, novos direitos sociais para a população pobre do país, são indícios que não podem passar despercebidos. Essa população, entretanto, não se sentiu ameaçada pela destruição do PT. Ao contrário, votou nas eleições municipais de 2016 em candidatos claramente identificados com a direita brasileira.

Todos esses fenômenos não podem ser explicados por uma única causa. São países muito diferentes, histórias muito distintas. Porém, chama atenção que, quando aumentam os excluídos do mundo, quer pela crise do próprio capitalismo, quer pelas guerras que desalojam milhões de pessoas, as vozes que se levantam e são ouvidas, paradoxalmente, buscam aprofundar a exclusão.

Para avançar na tentativa de entendimento desse complexo processo, é útil pensar no recorte “nós” e “eles” na construção do sentido da vida das pessoas como cidadãos de um país. A existência dessa dicotomia é tão presente quanto instável na luta política.

Um equívoco de análise foi não perceber que as massas de excluídos eram heterogêneas e variáveis; tomou-se o proletariado como um dado do real que era levado à consciência por vanguardas ou pela autodescoberta através da experiência. O problema é que as contradições e diferenças construídas ao longo da história do capitalismo foram muito mais complexas. O proletariado, antes de ser único, eram brancos e negros, homens e mulheres, nacionais e estrangeiros, nativos e imigrantes, operários de multinacionais ou trabalhadores autônomos.

A face política do capitalismo, representada por seus políticos e seus intelectuais orgânicos, tem vivido períodos de muito êxito ao atrelar a crise à inclusão dos diferentes: os não homens, os não brancos, os não nacionais, os não cristãos. Há um deslocamento da contradição que deixa de ser entre o capital e o trabalho e passa a ser intratrabalho. Esse cenário cria um caldo de cultura perfeito para as soluções conservadoras, antidemocráticas e excludentes, que associam a política ao status quo corrupto e incapaz de garantir empregos. A presença do Estado e seu princípio de garantias universalizadas são vividos como ameaça.

Para concluir, sempre é bom lembrar que a História não acabou. Não existe uma vitória definitiva das forças conservadoras no mundo ou no Brasil, mas uma história incorporada de lutas e novas contradições, novas alianças, novos movimentos dos excluídos. Inclusive novos excluídos vão se constituir. Por enquanto, Trump representa a nova direita em estado puro. Que consequência isso terá para que se possa pensar em uma virada progressista? É muito cedo para prever.

* Professora Titular do Departamento de História





O som da cultura

Etnomusicologia A música como ferramenta para as construções sociais

A música está presente na vida de todas as pessoas e embala as mais diferentes situações. Ela pode ser um mediador de interações entre seres humanos, além de um mediador das nossas próprias emoções – uma forma de expressar nossos sentimentos. A música ainda está relacionada à maneira como utilizamos nossos corpos e ao desenvolvimento da mente. O que esses fatores têm em comum é que eles são vias de estudo para o comportamento do ser humano, para compreender como as pessoas organizam suas emoções, como acontecem as interações sociais e a rotina das mais diferentes sociedades.

O professor Reginaldo Gil Braga, coordenador do núcleo de etnomusicologia da UFRGS, conta que, no início, os pesquisadores se interessavam pela música em si, pelos objetos musicais e instrumentos. A partir da publicação *The Anthropology of Music*, de Alan Merriam, em 1964, o contexto sociocultural começou a ser levado em consideração para o estudo das práticas musicais. “Hoje nós podemos pensar, como diz o etnomusicólogo Jeff Titon, que a etnomusicologia é o estudo das pessoas fazendo música. O que deve interessar mesmo são os processos envolvidos; não existe música ou práticas sonoras musicais sem gente. Então, importa a centralidade das pessoas e das negociações para

entender os fenômenos musicais”, explica.

A partir dos anos 1980, deixou-se de pensar na música *em uma* cultura e passou-se a tomá-la *como* cultura, visto que ela mesma é reveladora de diferentes aspectos sociais e, por isso, um foco de estudo. Para Ernesto Donas, professor da Universidad de la República, do Uruguai – que esteve no I Colóquio em Música do Brasil e América Latina promovido pelo Programa de Pós-graduação em Música (PPGMUS) da UFRGS –, a partir dos estudos de etnomusicologia, é possível conhecer a sociedade, identificar e ressaltar a importância da música, das manifestações artísticas dentro de uma comunidade, mapear essas práticas e depois articular, eventualmente, políticas culturais adequadas em relação a essas realidades.

O professor Reginaldo ressalta que essa disciplina – ou campo de estudo, como é definido por diferentes pesquisadores – provoca uma discussão, que não estava muito presente nos cursos universitários de música até há pouco tempo, sobre música popular, música tradicional, música pop, funk, rap. “O próprio conceito de Universidade tem que privilegiar essa leitura de mundo. As disciplinas que são dadas por professores da etnomusicologia aqui na UFRGS são bastante importantes para que até mesmo o aluno que vai ser um músico de orquestra tenha uma visão mais ampliada e repense alguns preconceitos em relação às práticas musicais diferentes da sua”, afirma.

Ciência – A etnomusicologia tem como base a *musicologia*, termo criado em 1885 pelo pesquisador Guido Adler e definido como a

“ciência da música”. Posteriormente, surgiu outro campo de estudo, o da *musicologia comparada*, que visava comparar – já com um olhar etnográfico – a música de diferentes povos. Pode-se perceber que, por trás dessas evoluções de campos de pesquisa, sempre se manteve o viés científico na busca pelo conhecimento do comportamento humano. Os estudos são feitos com base em parâmetros científicos: problematizar, compreender

o contexto, testar hipóteses, pressupostos e observar – dentro do campo em que ocorrem os fenômenos investigados. Para a professora de etnomusicologia da Universidade Estadual de Campinas Suzel Reily, a disciplina é “um foco de investigação e pode ter método e não só interpretação. Às vezes as diferenças que as pessoas fazem entre ciência é que as ciências exatas vão gerar as verdades e as ciências humanas e

sociais são interpretativas, então são construções. No entanto, amanhã chega alguém com uma nova teoria e desmonta aquela verdade científica. Nesse sentido, sim, pode ser uma ciência, mas também é interpretação. É uma maneira de nós pensarmos o mundo e refletirmos sobre o que acontece ao nosso redor”.

Paula Barcellos, estudante do 4.º semestre de Jornalismo da Fabico

Se não fosse o funk

Pedro da Rosa, mestrando do PPGMUS, apresentou no colóquio o trabalho “Tramos, montagens e patifagens: uma etnografia musical no Campo da Tuca, Porto Alegre”. As trajetórias musicais na região permitem traçar como se deu a formação daquela comunidade – tanto em termos de seu espaço quanto da sua identidade. Para a construção da pesquisa, utilizou referenciais teóricos variados: “Na medida em que fui vendo a trajetória dos negros na cidade, busquei literaturas que faziam parte desses movimentos sociais negros. Juntei esses teóricos da diáspora negra preocupados com a questão negra nos EUA, na Europa e no Brasil para compor esse trabalho”.

Através da sua pesquisa, Pedro – que morou no Campo da Tuca – passou a ter conhecimento da formação da comunidade, ligada diretamente ao processo de racialização do espaço urbano. Isso passa pela importância do campo de futebol, que foi a principal atividade cultural num período em que não havia atendimento às necessidades básicas da população. Posteriormente, as instituições esportivas se tornam as responsáveis pelas cenas musical e futebolística, “constituindo espaços de sociabilidades e de encontros nos quais o sentimento de identidade e pertencimento ao Campo da Tuca deu-se ao longo de quatro décadas”, como ele mesmo descreve. Nesse sentido, as músicas de funk produzidas na comunidade revelam o contexto de produção, o público a quem se destina e os motivos sociais e políticos que embalam essa cena como categoria social importante.

Pedro define o funk como uma “cena musical quilombista” que surgiu no Campo da Tuca nos anos 2000. “Quilombismo” é um termo dos movimentos sociais negros da década de 1970, que viram nos quilombos uma forma de expressão da arte, da cultura

e da resistência dos negros no Brasil. Um dos teóricos do movimento, Abdias do Nascimento, defendia que o quilombismo tem uma continuidade até os dias de hoje. “O Abdias já pontuava a existência de quilombos legais – nos espaços rurais e até urbanos –, mas existem aqueles que não são legalizados, porém fazem parte de uma cultura, de uma tradição, de forma que estão vinculadas à expressividade negra. Ele falava das gafeiras, dos clubes sociais, dos times de futebol, e eu percebi que os bailes [funk] também eram um desses espaços”, explica Pedro.

Para o pesquisador, “o funk mudou o capital cultural e simbólico do Campo da Tuca. Antes, a região era vista como um lugar perigoso. Quando a cena funk se fortalece na cidade e leva gente de outros estratos sociais – de classe média – para dentro do baile, isso faz com que as pessoas mudem suas percepções sobre si mesmas”. Essa nova representação que o funk trouxe para a Tuca se refletiu também em políticas públicas. Muitos funkeiros começaram a se articular politicamente dentro da comunidade. Assim, conseguiram formular a Lei do Funk, que reconhece o gênero musical como um movimento cultural de caráter popular de Porto Alegre. Por tudo que representa na comunidade, o ritmo musical se torna central para diferentes objetivos comunitários, sendo tratado como uma alternativa à criminalidade e às drogas e também como espaço de discussão político-social, gerando uma audiência frequente e visibilidade em algumas rádios e na internet. “A Tuca é o lugar que, de um lado, é transformado em música e, de outro, tem a música como formadora da consciência crítica, música como cultura, ou seja, o funk como cultura. Todas essas metáforas ajudam-nos a entender o papel social da música no Campo da Tuca”, finaliza.



FLÁVIO DUTRA/JU



Uma história de abandono

Resistência Coordenadora do Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio critica Medida Provisória por entender que ela altera a LDB

Jacira Cabral da Silveira

Mais de 800 escolas foram ocupadas somente no estado do Paraná tão logo foi lançada a Medida Provisória n.º 746, de 22/09/2016, que institui mudanças substanciais no ensino médio brasileiro. O protesto dos estudantes, educadores e gestores educacionais vem promovendo discussões na tentativa de tornar público o que pretende a MP, que atualmente se encontra na relatoria do Senado.

No início de novembro, onze universidades federais da Região Sul realizaram o *Colóquio Regional Sul Ensino Médio: reflexões e propostas*, tendo como uma de suas convidadas especiais a pesquisadora Mônica Ribeiro, coordenadora do Observatório do Ensino Médio da Universidade Federal do Paraná e membro do Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio, o qual, quando fundado em 2014, tinha como propósito discutir a proposta de reforma apresentada no Projeto de Lei n.º 6.840/2013. Naquele momento, existiam duas contrariedades principais com relação ao que era proposto, que, segundo Mônica, muito se aproximam da atual MP.

A primeira crítica do Movimento ao PL dizia respeito à compulsoriedade do turno integral, exigindo sete horas diárias de presença na escola, condição difícil de ser colocada em prática, uma vez que muitos jovens que estudam em escolas públicas precisam trabalhar para auxiliar na renda familiar. Outro argumento diz respeito à existência de cerca de cinco milhões de jovens entre 15 e

17 anos que sequer ingressaram no ensino médio: “Nós defendemos a ampliação do acesso com qualidade, mais do que a compulsoriedade do turno integral”, ressalta Mônica.

Outra crítica ao PL, que também se refere à MP, é o fatiamento no currículo. Mônica observa, entretanto, que naquele momento havia espaço para interlocução, inclusive com o Ministro da Educação à época, o que não vem ocorrendo agora. Em entrevista exclusiva ao JU, Mônica avalia as consequências na formação do adolescente brasileiro, caso venha a ser aprovada a MP, e comenta a respeito das necessidades do ensino médio brasileiro.

Como o movimento avalia a medida provisória?

Uma das polêmicas em torno da MP é a retirada da obrigatoriedade das disciplinas de Filosofia, Sociologia, Educação Física e Artes, colocando exclusivamente como obrigatórias as disciplinas de Português e Matemática. Nós entendemos que, com isso, a MP afeta as Diretrizes Curriculares do Ensino Médio, que dizem quais são os componentes curriculares obrigatórios, assim como altera a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em relação às quatro disciplinas que deixam de ser obrigatórias. Por essas e outras, o movimento nacional não propõe emendas à MP – somos pela sua retirada da pauta do Congresso – nem sugere a retomada do PL 6.840, defendendo a abertura de um amplo diagnóstico sobre o que é o ensino médio brasileiro, as suas necessidades. Propomos um

debate mais integrado, por meio do qual seja possível consolidar uma política nacional que não tematize apenas o currículo, mas um conjunto de ações que passa por formação inicial de professores, formação continuada, recuperação de espaço físico e ampliação das políticas de assistência ao estudante, que este governo está retirando. Muitos jovens abandonam a escola não por uma questão curricular, mas por sobrevivência: as condições precárias de vida e as condições precárias de oferta da escola levam ao abandono. O que o MEC está fazendo é uma farsa quando diz que o ensino médio tem um baixo desempenho e desistência por um problema curricular.

Que percursos dos debates sobre o ensino médio ocorridos nos últimos anos são desconsiderados pela MP?

O que ela mais desconsidera é quem são os jovens que estão nas escolas. Ela desconhece o percurso do ensino médio que veio da ampliação do acesso. Em 1993/94, nós tínhamos cerca de 3,5 milhões de matrículas, as quais chegaram a nove milhões em 2004. Ou seja, foi incluída no ensino médio uma juventude que jamais tinha chegado à escola na última etapa da educação básica. Só isso nos diz que precisaremos de uma outra escola, porque teremos jovens de todas as cores, de todas as origens econômicas, sociais, culturais. Não é possível pensar um currículo único para essas juventudes. Por outro lado, fatiar o currículo em ênfases não corresponde a essas várias

juventudes. Isso é uma enganação que desconsidera que houve um crescimento vertiginoso da oferta. Ignora-se a própria LDB, que consagrou o ensino médio como educação básica.

Que repercussão essa medida terá se for aprovada?

Ela mudará a LDB e terá resultados extremamente negativos. Primeiro, a MP coloca uma profunda desigualdade entre os jovens que frequentam a escola pública e os que não precisam dela, porque oferecerá àqueles 1/5 daquilo a que hoje têm direito. É uma formação pela metade. É o que nós chamamos de ensino médio em migalhas. No que se refere ao ingresso no ensino superior, ela vai colocar aqueles jovens em desvantagem maior do que já têm. Ela cria o que Gaudêncio Frigotto chamou de apartheid educacional, colocando cada vez mais os jovens de escola pública numa situação de precariedade. Outra consequência é o desvio de recursos públicos para o setor privado. Quando prevê parcerias para ofertar a formação técnica, ela abre uma brecha, mudando a lei do Fundeb, que atualmente assegura que o recurso público é para a escola pública. Uma terceira consequência é a negação do direito à educação para a maioria dos jovens brasileiros quando ela sonha o acesso a um conhecimento mais amplo e completo, como hoje está proposto na LDB.

Mas quais são os problemas do ensino médio?

Estudo o ensino médio há 30 anos. Ele está bom como está? Não

está. Mas não será apenas a mudança curricular ou a privatização de parte da oferta o que resolverá o problema, pelo contrário. Um deles é ainda o acesso. Temos por volta de 10 milhões de jovens na faixa entre os 15 e os 17 anos. Destes, pouco mais da metade está no ensino médio; 3,5 milhões estão no fundamental; e quase um milhão e meio não têm qualquer vínculo escolar. Esse problema exige mais, e não menos, recursos, como vem propor agora a PEC 55, que congela os investimentos em educação. Isso representa uma ameaça à ampliação do acesso, que hoje é constitucional. O outro problema é o tipo de escola que temos do ponto de vista da estrutura física e material. Existem escolas extremamente precarizadas. Muitos municípios não têm oferta de ensino médio, e os jovens têm que viajar 30 km para cursá-lo. Outro problema é a formação inicial dos professores, que agora começaria a ser revista com as atuais diretrizes curriculares que este governo ameaça revogar. Também é um agravante a manutenção de um currículo que foi pensado no início do século passado com um formato que hierarquiza as disciplinas e fragmenta o conhecimento. O que a MP propõe são as ênfases, mas nós precisamos pensar num currículo mais integrado, que inter-relacione as disciplinas hoje existentes, que dialogue com o mundo da ciência, da tecnologia, do trabalho, da cultura. São muitas as dificuldades, mas não diria que o ensino médio seja desastroso. Ele tem é uma história de abandono.



Ópera como profissão

Canto lírico A carreira como solista exige mais que uma bela voz

Everton Cardoso

No palco do Theatro Municipal do Rio de Janeiro, o cenário é de uma floresta para o segundo ato da ópera *Lo Schiavo*, do compositor brasileiro Carlos Gomes. Na cena da peça lírica – que traz uma história que mescla romance, tirania e escravidão de indígenas durante a Confederação dos Tamoios no século XVI –, a personagem Condessa Boissy recebe a visita de Américo. Usando um figurino imponente e em tons dourados, a soprano que interpreta a nobre francesa que mora em Niterói é Cláudia Azevedo. Nascida em São Sebastião do Caí, a cantora, que hoje vive nos Estados Unidos e tem uma carreira internacional na interpretação de óperas, vem de uma trajetória e de uma formação bastante usuais no Rio Grande do Sul, com passagem pela Universidade. “Nosso estado é um celeiro de cantores. Somos conhecidos pela qualidade das vozes e dos profissionais. Acho que tem muito a ver com o nicho de formação e com a personalidade de ir atrás”, avalia.

Formação constante – A aproximação de Cláudia com o canto e, conseqüentemente, a escolha profissional têm relação com sua infância no interior: desde muito cedo esteve envolvida com artes na escola. “Na adolescência comecei a cantar num coral, em Portão. Foi a primeira experiência em música erudita, com um repertório que incluía diversos estilos e idiomas. O regente percebeu que minha voz tinha qualidades naturais e

me recomendou estudar técnica vocal”, rememora. Depois disso, a soprano decidiu, então, fazer graduação em Música na UFRGS.

“A formação universitária é importante. Essa mudança de uma cidade pequena para capital me fez crescer muito como pessoa e como artista. A Universidade me deu todas as ferramentas de que precisava: conheci muita gente, ampliei minhas relações profissionais, tive contato com uma parte importante da história. Isso tudo me ajudou a escolher onde e como atuar na minha profissão. Foi muito importante.” No entanto, decisiva para dar uma nova dimensão à sua carreira foi a ida para o exterior: formada, foi estudar no conservatório do Liceu de Barcelona. “Além de toda experiência musical, tem a pessoal. Tive acesso a artistas que só conhecia por CDs. Pude frequentar um teatro com repertório tradicional. É preciso ver como as coisas são feitas. A vivência de palco só se aprende vendo e convivendo com esse ambiente”, opina.

O tenor Flavio Leite, formado em Relações Públicas pela UFRGS, faz coro à ideia de Cláudia de que a convivência com a ópera e seu mundo são fundamentais para a formação. “Eu era louco por esse tipo de música antes de querer virar cantor profissional. Aos 15 anos, tinha todas as do compositor italiano Gaetano Donizetti em casa. É uma linguagem muito específica e que requer um conhecimento muito particular. Uma voz linda é uma das necessidades, mas tem que ter musicalidade, desempenho cênico, conhecimento de estilo, saber idiomas”, enumera. O caminho percorrido por Flavio, porém, foi diferente: depois de ter estudado piano, ingressou no coro da PUCRS. Lá cantava pequenos papéis em montagens, mas não era um estudo formal. Foi quando cantou em um sarau em que

estava presente o então regente Frederico Gerling Jr.: “Ele é que escolhia para quem dava aulas particulares. Tive três aulas por semana de 1h30 cada durante três anos. Isso é uma quantidade muito maior do que se tem num curso superior”, pondera. E ressalta: “A música é uma tradição oral que ainda utiliza o método de ensino de quatrocentos anos atrás, que é o aluno-professor. Por isso, o acesso a bons mestres é fundamental. É preciso ter contato com profissionais que atuem com isso”.

Depois dessa formação, o cantor também foi para o conservatório barcelonês onde Cláudia estudou. “Lá, descia das aulas e ia ver o Plácido Domingo ensaiando uma ópera, assistia às récitas. Isso é fundamental”, diz. Para se manter em atuação, o intérprete tem um processo bastante metódico de leitura de partituras – primeiro

sozinho, depois acompanhado de um pianista – e mantém aulas regulares com Eliane Coelho, cantora lírica brasileira de renome e atuação mundial.

Experiência acumulada – Com uma carreira mais voltada para a cena local, o cantor Lucas Alves, que atualmente é regente do Coral da UFRGS, tem direcionado sua prática para o canto em conjunto – sobretudo em coros –, ainda que trabalhos como solista tenham surgido em sua trajetória. Entre as mais importantes experiências como solista, ele destaca as montagens do projeto Ópera na UFRGS – com destaque para o papel de protagonista em *Dido e Enéias* e em *Orfeu*. “A iniciativa da Universidade me levou a acreditar que eu poderia almejar trabalhar como solista. Até então, eu cantava por gostar muito e por querer aperfeiçoar meu trabalho como

regente. Depois da experiência, gostei dessa vivência de trabalhar o canto com a cena e com o pessoal de outras áreas. É um projeto de vital importância em Porto Alegre para quem quer se especializar em canto lírico”, afirma. Neste ano, já como profissional, ele interpretou o escrivão da montagem de *Don Pasquale*, encenada pela Orquestra Sinfônica de Porto Alegre. “Era um papel pequeno, mas tive oportunidade de trabalhar com cantores que já atuam na cena lírica do país. Foi um aprendizado enorme ver como eles trabalham, como se dá a montagem de uma ópera profissional”, relata. Depois disso, Lucas diz ter intenção de atuar em outras montagens, ainda que essa não seja sua maior aspiração como cantor. “Sou muito voltado para música barroca, que tem algumas especificidades vocais e musicais. O aprendizado em ópera me ajuda muito”, explica.

Na universidade

Para concorrer a uma vaga no curso de Música, os candidatos devem antes ser aprovados em um exame específico. No caso daqueles que querem se formar cantores líricos, precisam demonstrar conhecimentos básicos. De acordo com a professora Luciana Kiefer, do Departamento de Música da UFRGS, os futuros estudantes precisam apresentar técnica vocal e rudimentos do canto lírico. Além disso, devem ser capazes de cantar em idiomas diferentes, principalmente em italiano. “Muitas vezes, mesmo que atinjam o mínimo, eles vêm muito verdes. Não existe, em Porto Alegre, uma formação adequada. As pessoas fazem aulas particulares ou estudam em escolas menores, mas não temos uma tradição”, avalia. E complementa: “Na época em que havia canto na escola da Ospa, chegavam mais preparados”. O conservatório da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, que funcionou de 1972 a 2006, era um lugar de formação. Como, desde sua reabertura em 2013, a instituição só pode ter como professores músicos que integram o quadro fixo do conjunto sinfônico – e nele não há cantores líricos –, não foi mais possível oferecer essa formação.

Dentro do contexto universitário, há, na avaliação de Luciana, a necessidade de um esforço significativo para formar bacharéis em canto em quatro anos. Na Universidade, os estudantes têm aulas individuais em que trabalham com um repertório em diversos idiomas – português, italiano, alemão, francês e inglês – e precisam ser capazes de interpretar repertórios de diferentes períodos da história da música e de distintos gêneros – como canções, oratórios e árias de óperas. “Além das aulas regulares, eles têm atualmente a possibilidade de participar do projeto Ópera na UFRGS, no qual trabalham a atuação mais completa do cantor lírico em cena. Pretendemos, no futuro, implementar cadeiras de expressão corporal. O currículo está precisando ser incrementado”, opina a docente.



A soprano Cláudia Azevedo interpreta a Condessa Boissy em montagem da ópera *Lo Schiavo* no Teatro Municipal do Rio de Janeiro



FOTO: LUIZ MUNHOZ/FRONTEIRAS DO PENSAMENTO



Para viver sem medo

David Grossman *Escritor defende solução para conflito palestino-israelense pelos livros*

Nascido em Jerusalém seis anos após a criação do estado de Israel, David Grossman é um dos escritores mais importantes da atualidade. Considerado um ativista pela paz entre Israel e Palestina, sua extensa obra toca no conflito mais antigo do mundo em um tom quase biográfico. *O Livro da Gramática Interior*, *A Mulher Foge e Fora do Tempo* são algumas obras de destaque do escritor, que conta com livros traduzidos para mais de 30 idiomas. Grossman veio ao Brasil para participar dos dez anos do Fronteiras do Pensamento e conversou com a reportagem do Jornal da Universidade sobre seu novo livro, *O Inferno dos Outros*.

A literatura tem um papel no resgate da dimensão humana do conflito. Ela pode ser uma arma poderosa no presente ou no futuro?

Eu acho que a literatura pode ter alguma influência no presente – embora seja difícil influenciar os sujeitos que estão totalmente aterrorizados e paralisados por causa do medo. A literatura vem e conversa com essas pessoas sobre coisas que são difíceis de elas acreditarem que ainda existam. Por exemplo, se eu tentar explicar a elas ou escrever sobre como a vida seria num ambiente de paz, a maioria dos israelenses e palestinos acharia difícil de entender, porque eles nunca tiveram um dia de paz em suas vidas. É como se eu estivesse falando sobre ficção científica. Eu não vivi um dia da minha vida em paz. Eu não sei o

que significa viver sem o medo pesado da guerra e da morte. Mas se eu escrever sobre a paz, se eu formular essa opção, talvez essa ideia consiga se infiltrar e em longo prazo as pessoas irão se lembrar dessa alternativa, o que poderá ser como um guia para uma vida melhor. E esse eu acho que é o poder da escrita.

Sua obra, *O Inferno dos Outros* é um livro provocante, porque nos faz lembrar nosso egoísmo. O que o senhor quis dizer para o mundo com essa obra?

Eu nunca escrevo pela mensagem. Eu quero contar uma boa história. Eu quero que você leia a minha história e não queira largar o livro, que você queira saber o que acontece com o Dovale (o protagonista da história). Claro que espero escrever de uma forma que provoque todos os tipos de pensamento em você, mas sobre isso eu não tenho controle. Só espero que a história seja densa o suficiente para sugerir diferentes camadas políticas, psicológicas, engraçadas – há várias piadas no livro. Mas também acredito que, quando lê todas essas piadas, você começa a pensar sobre a natureza delas. Por que nós contamos piadas? Qual é o lugar do humor em nossas vidas? Para mim, o lugar do humor é muito importante, porque às vezes é o único jeito de sobrevivermos a uma situação difícil. Mesmo na época do holocausto, as pessoas contavam piadas. No momento em que alguém consegue se recompor e

conta uma piada, talvez por um segundo essa pessoa deixe de ser uma vítima. Humor é liberdade, é a habilidade de mudar o seu ponto de vista. E se você tem essa flexibilidade, mesmo que por um segundo, você não é uma vítima.

Ainda sobre o mesmo livro, a crise de refugiados teve alguma influência?

Acho que não. Eu escrevi artigos sobre essas ondas de imigrantes. Talvez eu possa contar sobre algo que há em comum. Na história de Dovale, o comediante, ele quer que as pessoas olhem para ele. Até convida seu melhor amigo de infância, o juiz, a quem diz: “Eu quero que você olhe para mim, que veja o que tem em mim por trás de todas as tentativas de camuflar meus conflitos”. Penso que o que acontece com os refugiados é que nós não olhamos realmente para eles. Há uma tentação de olhar rapidamente para o inferno dos outros, apenas por um segundo, para não se comprometer. Isso estimula uma espécie de necessidade de sentir alguma coisa, mas nós não nos comprometemos realmente com o sofrimento do outro. Nós vemos agora essas massas de refugiados, e são massas para a gente, não são indivíduos. Você vê uma família que parece pobre e miserável e deve lembrar que há apenas dois meses eles eram como você, eles tinham uma vida normal, iam para escola, para o trabalho, tinham sua rotina. É como se fosse um fardo moral fazer esse esforço e dar a es-

sas pessoas miseráveis um pouco de dignidade. Mas, se realmente queremos resolver o problema dos refugiados, devemos olhar para eles como seres humanos.

O senhor trabalhou na Rádio Nacional de Israel por muitos anos e foi demitido por se negar a omitir notícias sobre o Estado da Palestina. Como foi essa situação?

Eu era o âncora do principal noticiário da rádio, chamado *This Morning*. Fiz isso por quatro anos. Então, um dia, fui na noite anterior para saber quais eram os assuntos principais que deveríamos transmitir no dia seguinte pela manhã, e havia uma declaração do líder da palestina em Genebra, em novembro de 1988, em que reconhecia Israel pela primeira vez. Eu disse: “É claro que iremos abrir as notícias com isso”, mas eles me falaram: “Não, há uma instrução do ministro da defesa em Israel para não noticiar”. Mas não foi isso que fiz, porque achava muito importante que os israelenses ouvissem sobre a mudança de posicionamento. No dia seguinte, minha esposa abriu o jornal e na primeira página estava escrito que eu estava demitido. Eu trabalhei na Rádio de Israel desde meus nove anos idade. Fui ator de rádio e uma espécie de correspondente jovem, fiz realmente de tudo na rádio, eu realmente amava aquele lugar, era como a minha segunda casa. E, de repente, fui jogado para fora. Agora, a situação é diferente, há mais abertura em todos os tipos de ideias na Rádio de Israel; a solução dos dois Estados, por outro

lado, é cada vez menos popular de ambos os lados.

O conflito entre israelenses e palestinos tem se arrastado por muito tempo. O que falta para que se possa encontrar a paz na região?

Nós precisamos de líderes corajosos dos dois lados, que estejam dispostos a aderir à ideia de paz, apesar de haver muitos grupos que tentarão assassinar essa paz. Apenas líderes corajosos e inteligentes poderiam moldar os dois povos, israelenses e palestinos, para que entendam que não ter paz é destrutivo para ambos. Caso contrário, continuaremos a viver em guerra, a viver e morrer pela desordem, a ter nossas mentes e corações mais apertados, a nos tornarmos pessoas mais fanáticas e menos confiáveis. Tudo isso garante que nossa vida será um inferno, tanto em Israel quanto na Palestina. Nós teremos esses líderes corajosos? Não sei. Os líderes de Israel nos últimos anos eram muito conflituosos; a maioria deles, pessoas de guerra que moldaram o seu povo em forma de guerreiros, isso é um círculo vicioso. Se as pessoas se tornam mais violentas e agressivas, elas também querem um guerreiro para liderá-las. Eu me recuso a abandonar a ideia de paz, mas realmente não vejo, agora, uma maneira de sair desse nó. Ainda assim, não é um motivo para não tentar resolver.

Cássia de Oliveira e Paula Barcellos, estudantes do 7.º e 4.º semestres de Jornalismo da Fabico

Brasileira

Claudia Fonseca
Nem o sotaque forte faz com que a antropóloga deixe de afirmar a nacionalidade que elegeu como sua

Jacira Cabral da Silveira

Brasil, 1978. O país vive o começo da abertura política após dez anos de ditadura militar. Os brasileiros experimentam forte sentimento nacionalista. É nesse contexto que Claudia Fonseca assume sua primeira turma de graduação no incipiente Departamento de Antropologia da UFRGS. Natural de Boston, nos Estados Unidos, a jovem professora não fala uma palavra em português, tendo a sua frente “estudantes supervacinados contra os ianques imperialistas”, descreve. Passados quase 40 anos, o som da letra erre ainda é bastante forte na pronúncia de Claudia, sotaque que ela considera uma injustiça: “Me sinto brasileira!”, assegura.

Até poucos meses antes de vir de muda para o Brasil, ela vivia em Paris com o marido, José, jornalista nascido em Minas Gerais, e os filhos, Ethon e Pedro. Indocumentados, eles moraram os primeiros anos em um hotel para imigrantes, depois se mudaram para um alojamento estudantil em Meudon. Era época do auge do bem-estar social, o que permitiu que fosse realizado o parto dos filhos de forma totalmente gratuita, graças ao que seria o SUS francês. Também nunca ficou sem trabalho, ainda que vissemos basicamente

de bicos, atuando como professores de línguas, babá, garçonne e tradutora.

Claudia, adiante, trabalhou para a Unesco, primeiramente como estagiária, arquivando documentos, até o dia em que, “tomando café no intervalo, conheci alguém que procurava um especialista em Antropologia para assessorar um programa de alfabetização funcional para mulheres na África Ocidental. Eu tinha mestrado em Estudos Orientais e um pouco de experiência etnográfica. Não acharam outro candidato mais adequado. Assim, em 1971 fui para África. Nunca fui tão bem paga”, conforme relata em matéria publicada em uma revista do seu departamento.

Fatorelli – Logo ao iniciar a entrevista para a equipe de repórteres do JU, Claudia fala com entusiasmo sobre uma recente descoberta: Maria Lúcia Fatorelli, coordenadora do movimento Auditoria Cidadã da Dívida Pública. Do ponto de vista acadêmico, ressalta a capacidade de expressão clara e pedagógica da auditora ao compartilhar seus conhecimentos no intuito de alertar a sociedade sobre a situação nacional. “Cidadania” é como resume o compromisso do pesquisador, usando a figura de Fatorelli. “Ela teve essa lucidez de fazer a ponte entre uma reflexão bastante aprofundada e uma relevância para debates atuais.”

Formada primeiramente em Letras pela University of Kansas (1967), Claudia conclui o mestrado aos 21 anos de idade, sendo que antes disso já havia trabalhado como assistente de pesquisa na Micronésia. Defende seu primeiro doutorado em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (1981) e, doze anos mais tarde, defende seu segundo doutorado, este em Etnologia, pela Université de Nanterre. Também realizou dois pós-doutorados, o primeiro pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (1990) e o segundo na Université de Montréal (2001).

“A gente adora fazer pesquisa, adora não saber coisas, adora descobrir, ir atrás, aprofundar, tentar dar sentido àquilo que não tem sentido aparente. Mas depois de tudo isso a grande pergunta é: Que diferença faz para o mundo?”. Ao confessar sua paixão pela pesquisa, mais uma vez traz o exemplo de Fatorelli e ressalta a necessidade de reflexão e a responsabilidade do pesquisador: “Qual a nossa relação com a ciência?”. Por outro lado, não defende um discurso de autoridade dada, no qual o professor surge como aquele que vai explicar o caminho iluminado. “Não é isso.”

Nesse sentido, comenta a perplexidade de que o ano de 2016 tem representado para a maioria das pessoas: “Todos temos que confessar que estamos diante de uma realidade não imaginada, que nossos instrumentos não conseguiram prever e que está nos obrigando a repensar uma série de coisas”. Reflexão que não exclui, inclusive, o que a Universidade vivenciou nesse período. Para ilustrar, conta que ela e o marido compareceram a atividades abertas realizadas por seus colegas professores em cursos como o Direito e a Economia. “Existem tantas áreas fora da minha bolha que eu não conhecia, que eu não conheço bem e que as circunstâncias nos estão obrigando a conhecer. Desse 2016, a gente sai muito mais humilde sobre o nosso poder instantâneo de analisar, entender e recomendar.”

No mundo – Dos cinco aos oito anos de idade, Claudia viveu com os pais e o irmão na Inglaterra, na Alemanha e no Marrocos. O pai era militar da marinha, e a profissão obrigava a constantes mudanças de endereço. Do tempo no Marrocos, ela recorda de ter começado a estudar francês e também da angústia de sua mãe por estarem vivendo naquela situação colonialista logo antes da independência do país, com marroquinos sendo perseguidos e mortos, enquanto viviam “naquela bolha da base militar”.

Com a morte do pai, quando Claudia estava com apenas oito anos, eles se mudam para a Califórnia e depois para o Kansas, encerrando assim aqueles cenários exóticos de sua primeira infância. Sua adolescência, conforme ela descreve, foi cem por cento americana. “Sou da geração dos anos 1960, nos Estados Unidos. Marchei na rua contra a guerra do Vietnã, participei de movimentos antirracistas, etc. Mas tinha um diferencial na minha experiência pessoal: eu tinha vivido parte de minha infância no exterior, eu tinha conhecido outros países. Minhas experiências no exterior operaram um tipo de desconstrução do que vivia nos Estados Unidos – aquela adolescência idílica.”

Quando entrou na University of Kansas, no câmpus de Lawrence, seu objetivo era estudar Matemática e Letras. Mas, com o tempo, foi se definindo para o francês porque o era o curso que lhe oferecia a oportunidade de ganhar bolsas para morar na França, enquanto isso a matemática ia se distanciando de sua realidade. Não estava em seus planos fazer como os matemáticos, que ficavam encerrados em seus gabinetes para trabalhar coisas abstratas. “Isso não me atraía.”

É no Kansas, em 1968, que ela conhece aquele que seria seu companheiro. Vivia com meninas do curso de estudos latino-americanos, e a irmã de José cursava Antropologia. “Éramos predestinados.” José estava fazendo mestrado em Jornalismo na University of Kansas, onde a mãe de Claudia era professora de inglês e redação técnica. As viagens começaram logo no início do curso. Depois de um ano e meio vivendo próximo ao câmpus universitário, ela inicia seus intercâmbios pela França, depois vai para a Micronésia, na Oceania: “Tudo com dinheiro público, com bolsa de estudos”. Ela comenta que era uma época de grande prosperidade por causa da guerra do Vietnã. Situação paradoxal: de um lado, uma época de grande violência, e, de outro, de proli-

feração da máquina militar-industrial: “E tu estás lá, lucrando. Isso te coloca grandes dilemas”.

Família – Duas vezes por semana, Luís Bastião, neto de nove anos de idade, vem para a casa dos avós para ir às aulas de flauta no Prelúdio, projeto de extensão de música da UFRGS. Ele mora em Canoas, onde os pais são professores em escolas de ensino médio. Seu pai, Ethon, é formado em Filosofia, e o tio Pedro fez Geografia. Assim como os pais, os dois optaram pelas áreas das humanas, tendo estudado tanto no Brasil como no exterior. Ela se orgulha dos filhos e diz que são absolutamente diferentes dela e do marido, mas é reservada ao falar da família. “É uma diferença encantadora, mas que eu não posso tentar traduzir para vocês.”

Quanto às noites com Luís Bastião, ela diz que são maravilhosas, que José se ocupa com o neto assim como fazia com os filhos, sempre um “coruja”. Diz que, não fosse esse perfil de seu companheiro, não teria conseguido chegar onde chegou em seus estudos e profissão. Um companheirismo que perdura há mais de 40 anos. A casa em que vivem no bairro Jardim Botânico, em Porto Alegre, foi idealizada por eles. Antes de sua construção, havia no lugar um chalé em que viveram por 25 anos e que também foi reformado pelo casal. Com eles moram Lupita e Lico, a cadela e o gato da família.

O ambiente acolhedor da moradia revela a preferência pela simplicidade e apreço pela natureza. Na sala há muitos lugares para sentar – sofás e poltronas –, e todos convergem para um ponto central, sugerindo o convívio. Ao fundo da peça, estende-se uma ampla abertura que ocupa quase toda a extensão da parede, o que permite que se enxergue o mato ao fundo da casa. Uma varanda descoberta dá continuidade ao cômodo e avança para o verde das árvores e plantas. José é budista e ambos frequentam a comunidade Via Zen.





“Ocupas”

FACULDADE DE EDUCAÇÃO



FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS



INSTITUTO DE LETRAS

INSTITUTO DE LETRAS



FACULDADE DE DIREITO



As imagens desta página são resultado de um passeio pelos prédios ocupados por alunos da Universidade em luta contra a aprovação da PEC 55 pelo Senado. Apelidada de “PEC da Morte”, a proposta limita os gastos públicos, podendo ter sérias consequências para as áreas de Saúde e Educação. Em meados de novembro, quando as ocupações ainda estavam iniciando, cerca de 20 do total de 29 unidades se mantinham tomadas pelos estudantes. Em cada curso, uma dinâmica de organização diversa. A Letras, que iniciou o movimento, recebeu a equipe do Jornal (veja reportagem na próxima edição do JU). A Faculdade de Direito foi ocupada, mas, por deliberação da assembleia, suas aulas seguiram ocorrendo. Barracas foram armadas nos corredores, alterando a normalidade da circulação pelo lugar. Reuniões aconteciam nos colchões, espalhados entre as barracas. Na Educação, o controle de pessoas de fora era bastante rígido, medida tomada por ameaças que afirmavam sofrer de grupos contrários e mesmo por um roubo que teria acontecido por ali. No IFCH, muitas faixas, muita gente, muitas atividades. Na Economia, dois alunos levaram a reportagem para um “tour”. “O tempo passa devagar aqui dentro. Para nos distrairmos, resolvemos limpar o mural, que tinha cartazes de nem lembro quanto tempo atrás”, contou um deles. Algumas salas de aula foram transformadas em dormitórios, que podiam ser mistos, para mulheres ou para homens: a escolha, livre. Na Letras também era assim. Outro dos acompanhantes disse ter ido à assembleia que decidiu pela ocupação, pensando em voltar para casa logo que acabasse. Não saiu mais de lá. “Depois que vi alguns tipos atuando de maneira agressiva, gritando palavras de ordem homofóbicas e racistas. Achei que este deveria ser o meu lugar.” Nunca militou antes, não é vinculado a organizações políticas. “Tem gente que é bem militante, mas também há muitos como eu.” Na cozinha, preparavam o feijão. Todos cozinham, se revezando na atividade. Também se revezavam na portaria, fazendo turnos de algumas horas, 24h por dia. Nas diversas “Ocupas”, aulas públicas se tornaram uma marca do movimento – presenciamos três: na Educação; do Instituto de Artes na praça Otavio Rocha; e na Letras. Outra característica comum são os cartazes. Estão espalhados pelos corredores e andares com mensagens de organização, de militância, de apoio. Um tom parece perpassá-los: uma solidariedade afetiva misturada com um humor cheio de ironias. Segundo nossos guias, “ocupar é duro, mas muito produtivo”.

TEXTO E FOTOS **FLÁVIO DUTRA**